



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
CURSO: DIREITO

SAMMYA DE LAVOR COSME

O TRABALHO INFANTIL ARTÍSTICO E O DIREITO À INFÂNCIA

BRASÍLIA – DF

2014

SAMMYA DE LAVOR COSME

O TRABALHO INFANTIL ARTÍSTICO E O DIREITO À INFÂNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Universidade de Brasília –
UNB junto a Coordenação do Curso de
Direito, como requisito para a obtenção do
Grau de Bacharel em Direito.

Orientadora Prof^a. Ms. Noêmia Aparecida
Garcia Porto

BRASÍLIA – DF

2014

SAMMYA DE LAVOR COSME

O TRABALHO INFANTIL ARTÍSTICO E O DIREITO À INFÂNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Universidade de Brasília –
UNB junto a Coordenação do Curso de
Direito, como requisito para a obtenção do
Grau de Bacharel em Direito.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Noêmia Aparecida Garcia Porto
Mestre em Direito – UNB (Orientadora)

Renata Queiroz Dutra
Mestre em Direito – UNB (Examinadora)

Cristiano Siqueira de Abreu e Lima
Mestre em Direito – University of Enx – UIS (Examinador)

Ricardo Machado Lourenço Filho
Mestre em Direito – UNB (Examinador / Suplente)

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus, fonte inesgotável de sabedoria que me concedeu ao longo deste curso o dom do saber e o dom de perseverar;

À minha família que contribuiu com seu apoio incondicional em todos os momentos desta caminhada;

A todos os meus familiares e amigos, que direta ou indiretamente contribuíram para que eu pudesse alcançar mais uma vitória na minha vida;

A todos os colegas e amigos de turma que persistiram na árdua tarefa da busca do conhecimento;

Enfim, aos professores e mestres que durante esta caminhada co-dividiram seus conhecimentos contribuindo efetivamente no processo de ensino-aprendizagem.

Dedico aos meus queridos pais, razão e
inspiração para que eu continue trilhando
cada caminho com muito amor,
simplicidade, dedicação e perseverança.

Só se pode alcançar um grande êxito quando nos
mantemos fiéis a nós mesmos.

Friedrich Nietzsche

RESUMO

O presente estudo teve como principal objetivo analisar o tratamento dispensado atualmente no Brasil ao Trabalho Infantil Artístico (TIA) que, a despeito da proibição constitucional de qualquer trabalho aos menores de 16 anos de idade, contida no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, vem sendo autorizado com base em normas internacionais, infraconstitucionais e critérios adotados pelos juízes, com principal ênfase na permissão contida no artigo 8º da Convenção n. 138 da OIT, que permite, de forma excepcional, o trabalho infantil em atividades artísticas, mediante licenças concebidas em caráter individual. O tema em si tem gerado bastante controvérsia, pois apesar de ser objeto de um tratamento diferenciado e da atuação das crianças e adolescentes no mundo das artes sofrer de inquestionável deslumbramento, não fica claro se o artista mirim, ao realizar participações artísticas em um empreendimento com finalidades econômicas, não estaria se sujeitando as mesmas pressões e constrangimentos de qualquer outra atividade profissional. Nesses termos, é relevante questionar de maneira crítica os motivos que justificam a autorização judicial e a própria participação dos menores no mundo do espetáculo para determinar se esse tratamento se coaduna com o princípio da proteção integral da criança e do adolescente, contido no artigo 227 da Constituição Federal, salvaguardando aos menores todos os seus direitos, inclusive o direito de ser uma criança e ter uma infância plena. Para esses fins, o presente trabalho se propõe a traçar um panorama geral sobre o trabalho infantil e o trabalho infantil artístico, analisando as causas que os justificam, os dados coletados sobre o assunto e o contexto geral em que é expedida a autorização judicial.

Palavras-Chave: Arte. Trabalho Infantil Artístico. Artista Mirim. Autorização Judicial. Proteção Constitucional à Criança e ao Adolescente.

ABSTRACT

The present study aimed to analyze the treatment currently dispensed in Brazil Artistic Child Labour (TIA), which despite the constitutional prohibition of any work for persons under 16 years of age, contained in Art. 7, XXXIII of the Federal Constitution, have been authorized based on international, infra and criteria adopted by the judges, with main emphasis on the permission contained in Article 8 of Convention standards. 138 ILO, which allows, exceptionally, child labor in artistic activities, designed by permits on an individual basis. The theme itself has generated a lot of controversy, because despite being subject to differential treatment, and the performance of children and adolescents in the art world suffer from unquestionable amazement, not clear whether the mirim photographer, to make artistic contributions on a development with economic purposes, would not be subject to the same pressures and constraints of other professional activities. In these terms, it is critically important to question the grounds for judicial authorization and the actual participation of minors in the entertainment industry to determine if this treatment is consistent with the principle of integral protection of children and adolescents, contained in Article 227 of Federal Constitution, safeguarding minors all their rights, including the right to be a child and have a full childhood. For these purposes, this paper aims to outline an overview of child labor and child labor artistic, analyzing the causes that justify the data collected on the subject and the overall context in which the court order is issued.

Key-words: Art. Artistic Labor. Artist Mirim. Judicial authorization. Protection Constitutional of Children and Adolescents.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A DINÂMICA DO TRABALHO INFANTIL	14
3 O TRABALHO INFANTIL ARTÍSTICO	22
3.1 O Trabalho Infantil artístico não é brincadeira.....	22
3.2 Uma visão intimista do Trabalho Infantil: relatos de casos	27
3.3 O cotidiano do Trabalho Infantil Artístico.....	31
4 A AUTORIZAÇÃO PARA O TRABALHO INFANTIL ARTÍSTICO.....	38
4.1 A autorização para o Trabalho Infantil Artístico à luz da legislação	38
4.2 Proposta de regulamentação do Trabalho Infantil Artístico: os requisitos mínimos para a autorização judicial	40
4.3 Competência para autorizar o Trabalho Infantil Artístico	44
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

O trabalho infantil não é um mal contemporâneo. Há registros de trabalho de crianças e de adolescentes, junto às suas famílias e tribos, desde os primórdios da humanidade.¹ Antigamente, não existia uma distinção clara entre crianças e adultos, e os infantes, dentro dos limites de suas capacidades, realizavam as mesmas atividades que os seus pais.

O reconhecimento da infância como uma etapa especial no desenvolvimento do indivíduo, e o consequente combate ao trabalho realizado pelos menores, é relativamente recente, tendo seus principais avanços, em termos de direitos das crianças e normas protéticas, no século XX.

Um dos primeiros instrumentos a reconhecer que as crianças devem ser objeto de medidas especiais de proteção foi a Declaração de Genebra dos Direitos da Criança, adotado pela Liga das Nações em 1924. A declaração não enunciava direitos, mas invocou cinco princípios básicos que os Estados devem adotar para garantir o pleno desenvolvimento das crianças, destacando que a criança deve ter acesso aos meios necessários para seu desenvolvimento material e espiritual; à ajuda em situação de fome, doença, incapacidade, orfandade ou delinquência; à prioridade no alívio em situações de risco; à proteção contra a exploração; e à formação orientada para a vida em sociedade.² Desde então, foram adotadas diversas regulamentações nos níveis global, regional e local que buscam o combate ao trabalho infantil.

Contudo, apesar de haver existido avanços teóricos e práticos na sua erradicação, o trabalho dos infantes é um problema atual. De acordo com dados apresentados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) na III Conferência Global Sobre Trabalho Infantil, realizada entre os dias 8 e 10 de outubro de 2013, constatou-se em 2010 a existência de 215 (duzentos e quinze) milhões de crianças entre 5 e 17 anos em situação de trabalho infantil, das quais 115 (cento e quinze) milhões envolvidas em trabalhos perigosos. Nesse período, o ritmo de redução foi insuficiente e decrescente: entre 2000 e 2004 houve uma redução de 10% (dez por cento) e entre 2004 e 2008 a redução foi de

¹ CAVALCANTE, Sandra Regina. **Trabalho Infantil Artístico: do Deslumbramento à Ilegalidade**. São Paulo: LTr, 2011, p. 23.

² LUCA, Gabriela de & PIOVESAN, Flávia. **Combate ao Trabalho Infantil nos planos Global, Regional e Local**. Revista da Associação de Magistrados da Justiça do Trabalho da Décima Quinta Região – AMATRA XV: Anais do IV Seminário Nacional Sobre Trabalho Infantojuvenil. N. 5 Campinas: LTr, 2012, p. 16.

3% (três por cento).³

No Brasil, houve registros de alguns progressos na luta contra o trabalho infantil nas suas últimas décadas. Segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra por domicílio (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em 1992 o trabalho infantil atingia 8.423.448 (oito milhões quatrocentos e vinte três mil quatrocentos e quarenta e oito) crianças. Desde então esse número vem decrescendo, sendo apontadas 6.263.357 (seis milhões duzentos e sessenta e três mil trezentos e cinquenta e sete) crianças em 2002; 5.154.000 (cinco milhões cento e cinquenta e quatro mil) em 2006; 4,8 (quatro vírgula oito) milhões em 2007; 4,3 (quatro vírgula três) milhões em 2009; e 3.673.000 (três milhões seiscentos e setenta e três mil) em 2011; registrando no período uma redução de 56% (cinquenta e seis por cento).⁴

Entretanto, essa informação deve ser lida com cuidado. Em primeiro lugar, porque apesar das estatísticas serem importantes para dimensionar e acompanhar, com algum parâmetro, o desenvolvimento do problema, elas não são capazes de refletir, de forma completa, o quadro do trabalho infantil devido à insuficiência de fiscalização e subnotificação da prática. Em segundo lugar, os números do trabalho infantil ainda são alarmantes, e há muito a se fazer antes de se considerar que o problema esteja sobre controle. Por último, e mais importante, pela impossibilidade de medir a justiça ou injustiça do trabalho degradante em números.

Cada criança e adolescente, como consagrado pelo artigo 227 da Constituição Federal e o artigo 1º do Estatuto da Criança e do Adolescente, é alvo de proteção integral da família, da sociedade e do Estado, sendo seu dever zelar pelo seu bem estar. Nessa perspectiva, não se pode falar em avanços na luta contra o trabalho infantil quando qualquer criança não for suficientemente protegida, pois, para a criança que foi exposta a essas práticas, a injustiça é completa.

Em face dessa situação, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por intermédio da Portaria nº 365, de 12 de setembro de 2002, instituiu a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONADE) – que considerando a Convenção n. 138, que dispõe sobre a idade mínima para a admissão ao emprego, e a Convenção n. 182, que versa sobre as piores formas de trabalho infantil e sua

³ ANÔNIMO. **O Desafio de Erradicar o Trabalho Infantil**. Publicado no site: OIT - Organização Internacional do Trabalho - Escritório no Brasil, em 08/10/2013. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/o-desafio-de-erradicar-o-trabalho-infantil>>, acessado em 04/06/2014.

⁴ OLIVEIRA, Oris de. **Reflexões Sobre o Trabalho da Criança e do Adolescente**. Revista da Associação de Magistrados da Justiça do Trabalho da Décima Quinta Região – AMATRA XV: Anais do IV Seminário Nacional Sobre Trabalho Infantojuvenil. N. 5 Campinas: LTr, 2012, p. 35.

eliminação, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – elaborou o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao adolescente trabalhador.⁵

Desde então, o Brasil reconheceu oficialmente o problema e assumiu como meta de governo o esforço para eliminar o trabalho infantil, tendo adotado o compromisso mundial de erradicar as piores formas de trabalho infantil até 2015 e todas as formas até 2020.

Empenhado nesse objetivo, foi promulgado o Decreto n. 6.491, de 12 de junho de 2008, que regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção n. 182 da OIT. Tal norma se presta a aprovar a lista das piores formas de trabalho infantil (TIP) e a proibir que menores de dezoito anos laborem nessas atividades, entre as quais, se insere o trabalho doméstico.⁶

A presença do trabalho doméstico nessa lista revela que o assunto tem ganhado espaço no âmbito dos poderes constituídos no país, inclusive quanto à temática envolvendo atividades que tem pouca visibilidade na sociedade, ou que não são consideradas trabalhos por parte da população.

Nesse contexto, chama a atenção o tratamento dispensado ao Trabalho Infantil Artístico (TIA) que parece andar no contrafluxo dessa dinâmica. A despeito da proibição de constitucional de qualquer trabalho aos menores de 16 anos de idade, contida no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, alvarás judiciais têm autorizado a participação de crianças e adolescentes em produções artísticas e publicitárias.

A autorização baseia-se em normas internacionais, infraconstitucionais e critérios adotados pelos juízes, com principal ênfase na permissão contida no artigo 8º da Convenção n. 138 da OIT, que possibilita de forma excepcional, o trabalho infantil em atividades artísticas, mediante licenças concebidas em caráter individual. No entanto, surge a dúvida de que se essas autorizações seriam ou não o suficiente para regular o trabalho artístico infantil.

O trabalho infanto-juvenil artístico é na contemporaneidade objeto de inquestionável deslumbramento, entretanto não fica claro se o artista mirim, ao realizar

⁵ PLANO NACIONAL. **Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e a Proteção do Trabalhador Adolescente.** Brasília/DF, 2004. Pág. 11 Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B2F46A8012B345C92230EE9/33DD6CFA01.pdf>>, acessado em 11/05/2014.

⁶ RANCHEL, Helano Márcio Vieira & FERRAZ, Fernando Bastos. **A Discriminação Sociojurídica ao Emprego Doméstico na Sociedade Brasileira Contemporânea: Uma Projeção do Passado Colonial.** Pág. 49. Disponível em: < <http://jus.com.br/artigos/14215/a-discriminacao-sociojuridica-a-empregada-domestica-na-sociedade-brasileira-contemporanea>>, acessado em 08/05/2014.

participações artísticas em um empreendimento com finalidades econômicas, não estaria se sujeitando às mesmas pressões e constrangimentos de qualquer outra atividade profissional. Afinal, pode uma autorização, ou a regulamentação dessa atividade profissional, torná-lo adequada para a prática de crianças e adolescentes? É possível que tomados os cuidados adequados esse tipo de trabalho seja exercido sem prejudicar nenhum dos direitos da criança ou sua vivência de infância?

Nesses termos, é relevante questionar de maneira crítica os motivos que justificam a autorização judicial e a própria participação das crianças no mundo do espetáculo, para determinar ou não se a atividade merece esse tratamento diferenciado.

Com essa abordagem, o presente trabalho se propõe, primeiro, a traçar um panorama geral sobre o trabalho infantil, apresentando seus possíveis malefícios e os principais pensamentos usados para defender a atividade. Depois, a partir da análise crítica das possíveis causas que justificam o trabalho infantil artístico, pretende-se analisar os dados coletados e contextualizá-los na dimensão em que ocorre tal prática.

Após esse primeiro momento, busca-se examinar o tratamento legal dado ao tema e alguns requisitos mínimos para emissão da autorização judicial, em busca de refletir como o mundo do direito lê a discussão do assunto. Foca-se, nesse ponto, a argumentação sobre a ótica dos direitos das crianças e dos adolescentes, buscando analisar quais são os direitos envolvidos nessa discussão e, conseqüentemente, a melhor forma de garanti-los na perspectiva de proteger a criança, permitir ou proibir o trabalho infantil artístico.

Por último, haverá um breve detalhamento sobre a questão do órgão do poder judiciário competente para expedir a autorização judicial, em face da atual disputa entre a Justiça da Infância e Adolescência e a Justiça do Trabalho, cada uma delas defendendo estar melhor preparada para tratar a questão e resguardar os interesses dos menores envolvidos; tornando-se ponto de grande relevância por examinar os direitos envolvidos nessa disputa e qual abordagem deve ser priorizados para garantir o melhor interesse dos infantes.

2 A DINÂMICA DO TRABALHO INFANTIL

A Convenção Internacional dos Direitos da Criança, de 1989, da Organização das Nações Unidas (ONU), convertida no Decreto nº 99.710⁷, de 1990, em seu artigo 1º, e a Convenção 182⁸, da OIT sobre as piores formas de trabalho infantil, em seu artigo 2º, estabeleceram que se considere como criança todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes.

Nesses termos, o trabalho infantil nada mais é que “toda atividade sistemática, em que há uma obrigatoriedade de desenvolver tarefas, em horários e períodos pré-determinados, seja no ambiente doméstico, seja para terceiros, com ou sem remuneração, tendo ou não vínculo empregatício formalizado”⁹ realizada por todos aqueles que não atingiram os seus dezoito anos completos.

O labor precoce, dessa forma concebido, vem sendo condenado no mundo contemporâneo, e a ideologia de que a criança não trabalha, e de que lugar de criança é na família e na escola vem se propagando de forma eficaz. Tal fato decorre pelo reconhecimento de que a introdução precoce do indivíduo no mercado de trabalho pode ser prejudicial para o seu desenvolvimento pleno e saudável.

As crianças e adolescentes possuem características anatômicas, fisiológicas e psicológicas diferentes dos adultos (características bio-psico-sociais)¹⁰. Não só o corpo está em constante crescimento, como também é nessa época da vida, que a pessoa constrói sua personalidade e auto-imagem, adquirindo a habilidade de se auto-determinar. Dessa forma, um trabalho que não é exaustivo ou prejudicial para um adulto, pode o ser para uma criança, por sua condição de maior vulnerabilidade. Nesse sentido, compreende-se que:

⁷ Decreto nº 99.710, de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>, acessado em 16/05/2014.

⁸ Convenção 182, da Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/sites/all/ipecc/normas/conv182.php>>, acessado em 16/05/2014.

⁹ FISCHER *et al*, 2003, *apud* CAVALCANTE, Sandra Regina. **Trabalho Artístico Infância: Estudo qualitativo em Saúde do Trabalhador**. São Paulo, Universidade de São Paulo – USP, Faculdade de Saúde Pública, 2012, p. 27. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-25052012-141746/pt-br.php>>, em 16/04/2014.

¹⁰ LIMA, Consuelo Generoso Coelho de Lima. **O Impacto do Trabalho Precoce na Vida de Crianças e Adolescentes: Aspectos da Saúde Física e Mental, Cultural e Econômico**. P. 34. Disponível em <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BD5176A277C89/pub_541.pdf>, em 11/02/2014.

[...] Muito cedo, essas crianças deixam de brincar para assumir responsabilidades idênticas às dos adultos, com uma diferença peculiar: como ainda não estão formadas fisicamente e emocionalmente, são facilmente manejadas e manipuladas¹¹.

Nessa etapa da vida o indivíduo precisa de liberdade e proteção para desenvolver suas potencialidades. Um ambiente de trabalho, com as dinâmicas que são próprias da realização de atividades laborativas, no entanto, parece, à primeira vista, não ser compatível com essas necessidades. Isso porque, o menor passa a ter que agir como adulto, incorporando obrigações para as quais muitas vezes não estão preparados e se submetendo às condições de trabalho que nem sempre são as mais benéficas. Assim, o trabalho, ainda que imbuído das melhores intenções, sem quaisquer agressões de ordem física ou moral, pode ser pernicioso à pessoa em formação. Entretanto, essa percepção merece ser mais detalhada.

A incorporação de um indivíduo no mundo do trabalho, em qualquer idade, muda fundamentalmente a forma que ele se relaciona com seu meio social e familiar, visto que, o trabalho passa a fazer parte do cotidiano, do vocabulário e até do senso de pertencimento daquela pessoa. Nessa mesma dinâmica, o trabalho infantil tem um impacto significativo na vida das crianças e dos adolescentes que o realizam, influenciando em seu desenvolvimento.

Ao ser introduzido ao ambiente de trabalho, o infante passa a assumir responsabilidades típicas de adultos, o que descaracteriza o período livre de preocupações próprio da infância. A criança se submete a uma rotina de trabalho na maioria das vezes exaustiva e repetitiva, realizada em um ambiente de trabalho que raramente está adaptado a sua estatura e limitações físicas, se não insalubre. Nesse meio, de hierarquias extremamente rígidas, em que prevalecem as relações impessoais, ela deve ainda demonstrar subordinação, apresentar produtividade e comportamento adequado ao exercício de suas funções.

Nesse ambiente, fica evidenciado que:

Muitas vezes, mesmo para adultos, o constante renunciar aos seus desejos e interesses pode tornar-se insuportável, o que dirá para a criança ou o adolescente que sequer tem à sua disposição uma maturidade ou recurso advindos da elaboração e solução de conflitos internos, no nível simbólico. Obrigado a atender às exigências do trabalho, e exposto precocemente a um ambiente extremamente castrador, o indivíduo em desenvolvimento pode

¹¹ ARRUDA, Kátia Magalhães. **O trabalho infantil doméstico**. Rompendo com o conto da Cinderela. P. 288 Disponível em: <http://www.tst.jus.br/documents/2237892/2544819/Artigo>. Acessado em 20 mai.2014

construir uma auto-imagem onde predomina seu desvalor. Passa a se ver como errado, incapaz ou indigno. E suas vivências na família, escola e outras esferas podem confirmar essa imagem negativa¹².

No ambiente escolar também costuma ser bastante visível o impacto do trabalho. As crianças, de maneira recorrente, têm dificuldade em conciliar a rotina escolar com a rotina de trabalho. Não raro elas se encontram cansadas na sala de aula, lhes falta tempo para estudar em casa, e costumam apresentar número de faltas maiores do que a média das crianças que não trabalham, o que influi diretamente na diminuição do rendimento escolar.

Além disso, muitas vezes, a criança trabalhadora apresenta dificuldade de se relacionar com outras crianças de sua idade, ao não apresentar a mesma linguagem e preocupações, chegando a ser, inclusive, excluída por seus colegas. Em decorrência, frequentemente o trabalho infantil comina na evasão escolar. Sobre o tema, em pesquisa realizada em 2009, pela Fundação Getúlio Vargas, 27,1% (vinte sete por cento) dos entrevistados apontaram a necessidade de trabalho e geração de renda como motivo de não frequentar a escola.¹³

Os desdobramentos do trabalho na vida do infante, no entanto, não se limitam ao ambiente externo, adquirindo extrema relevância no seio familiar. Primeiro de tudo é importante salientar a relevância da família para formação da personalidade de uma pessoa, como bem descrito a seguir:

As redes familiares são redes primárias onde se fabrica a identificação primeira do ser humano como alguém nominado, com um sobrenome que vincula às relações de família, com um projeto de vida e um curso de vida que o vincula a uma condição e classe sociais determinadas, um status social que o vincula às oportunidades sociais, políticas e econômicas. Nesse último caso está a educação, a formação, o conhecimento, a capacidade, o capital cultural da família¹⁴.

Ocorre, então, uma profunda transformação na forma em que o menor trabalhador se insere no seu contexto familiar. A criança não é mais tratada da mesma

¹² LIMA, 2002, p.8.

¹³ NERI, Marcelo Côrtes. **O Tempo de Permanência na Escola e as Motivações do sem escolas**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009, pág. 34. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/ibrecps/rede/finais/Etapa3-Pesq_MotivacoesEscolares_sumario_principal_anexo-Andre_FIM.pdf>, em 21/05/2014.

¹⁴ FALEIROS, Vicente de Paula. **Redes de Exploração e Abuso Sexual e Redes de Proteção**. Pág. 2. Disponível em <http://www.chamaeleon.org.br/arquivos/redes_de_exploracao_e_abuso_e_redes_de_protecao.pdf>, acessado em 29/03/2014.

forma por seus familiares, e ela também não se apresenta da mesma forma para sua família. Ela já não exerce apenas o papel de criança, mas também de provedora, de um indivíduo que contribui para o sustento do seu lar e/ou para seu próprio sustento.

Nessa perspectiva, o infante frequentemente sofre pressão direta ou indireta para trabalhar e/ou manter o emprego, seja através de incentivo dos pais ou por um sentido de obrigação auto-imposto pela situação que a família se encontra. Tornam-se objeto de cobranças e responsabilidades e recebem tratamento diferente, por exemplo, ao dado ao irmão que não trabalha.

Essa nova dinâmica influi diretamente na auto-percepção desse indivíduo: ele é uma criança, mas sua infância através de seu papel como criança, irmão e filho está descaracterizada.

Partindo desse ponto de vista, a aversão ao trabalho infantil se apresenta perfeitamente justificada. Afinal, o direito à convivência familiar e a educação são basilares para a proteção integral à criança e adolescentes, devendo sua proteção ser priorizada pelo Estado. Entretanto, porque a indignação com o trabalho infantil, muitas vezes parece não ultrapassar os níveis acadêmicos ou do discurso do politicamente correto? Em face dessas informações, o que justifica o trabalho infantil na atualidade?

Sobre tal questão, destaca-se a inexistência de uma unicausalidade para o trabalho infantil. Entretanto, aliado ao fator econômico, há um peso muito forte ao aspecto cultura e a leitura que a sociedade faz do trabalho realizado pelo menor. “*A priori*” existe um repúdio ao trabalho realizado pelas crianças e adolescentes que, muitas vezes, não se translada totalmente ao cotidiano que o tolera.

Para trabalhar essa dinâmica é preciso reconhecer que há um nível de aceitação social do trabalho infantil, herança cultural de um contexto histórico acostumado ao trabalho realizado por menores dentro e fora do ambiente doméstico. Não só existe uma naturalização do trabalho infantil, como permeia a sociedade uma valorização muito forte do trabalho como forma de realização do ser humano, traduzida na máxima “o trabalho valoriza o homem”.

Ainda hoje, subsiste o mito de que o trabalho faz bem ao menor, principalmente no inconsciente coletivo, no sentido de que o trabalho é não só compatível, mas favorável ao desenvolvimento do indivíduo. Para essas correntes, o trabalho não só enobrece, mas também é determinante para a formação dos jovens.

Uma visão mais antiga via o trabalho precoce como uma alternativa para reduzir a delinquência infanto-juvenil e a ociosidade. Segundo essa corrente, o trabalho seria

uma alternativa para evitar o vício, a delinquência e até a marginalização social, sendo melhor para criança estar trabalhando do que roubando. Defendia-se que:

O trabalho ajudaria a criança a tornar-se um cidadão útil à sociedade. Para políticos e juristas, melhor era manter uma rígida rotina de trabalho a fim de que as crianças não tivessem tempo livre para ficar nas ruas, perambulando. O caráter dos mais novos deveria ser formado dentro do local de trabalho, pois dessa forma seriam criados novos trabalhadores, para construir o futuro da nação.¹⁵

Nesse mesmo sentido, tinha-se:

A crença no inato pecado da humanidade e a consequente necessidade de controlar e reprimir o ser humano desde cedo. A preguiça e a ociosidade significavam uma fraqueza moral e cada criança precisava ser treinada para assegurar que os valores e crenças corretas estavam sendo absorvidos¹⁶.

Essa vertente, que sobrevive ainda hoje, foi muito defendida por pensadores do mundo ocidental europeu durante a Revolução Industrial e ganhou força no Brasil após a abolição da escravidão. Nesses períodos históricos, a população em geral passou por várias dificuldades financeiras, e as pessoas trabalhavam um grande número de horas todos os dias. Tal fato levou muitos pais a abandonarem seus filhos, que passavam a morar na rua, ou quando não, ficavam grandes períodos de tempo sozinhos em casa.¹⁷

Apesar de parecer ter caído em desuso, não é raro que esse pensamento ainda seja utilizado, por exemplo, para justificar o trabalho de crianças que abandonaram a escola ou mesmo apresentassem baixo desempenho escolar.

Outro pensamento que também ganhou força no século passado, mas que ainda é utilizado para justificar o trabalho infantil na atualidade, é do trabalho como uma alternativa digna das famílias pobres que precisem de incremento de renda. Nessa linha, o trabalho é defendido pela necessidade; argumentando-se que a alternativa para essas crianças seria a miséria e que as mesmas acabariam em situação piores a que se encontram se deixassem de trabalhar.¹⁸

¹⁵ MARTINS, Ana Luíza Leitão Martins. **O Trabalho Artístico da Criança e do Adolescente**. São Paulo, Universidade de São Paulo – USP, Faculdade de Direito, 2013, pág. 23. Disponível em: <<https://www.google.com.br/> Acessado em 16 abr.2014.

¹⁶ GRUNSPUN, Hain. **O Trabalho das crianças e dos adolescentes**. São Paulo: LTr, 2000, p.46.

¹⁷ MARTINS, 2013, pág. 15-18.

¹⁸ LIMA, 2002, pág. 9 e 10.

Contudo, essa linha argumentativa se mostra ardilosa ao não só marginalizar os menores que já se encontram em uma situação difícil, mas ao contribuir para a continuidade dessa situação. Diante disso, vale destacar que,

É falsa a premissa de que o trabalho de crianças constitui alternativa a famílias pobres, que necessitem incremento de renda! Ele é apenas placebo para o “mal das ruas, da marginalidade, das drogas”. O remédio genuíno, se tivesse de ser resumido em uma única palavra, chamar-se-ia escola! Escola de qualidade, atraente aos olhos da criança, inclusiva, preferencialmente em tempo integral. O trabalho prematuro prejudica de tal modo o rendimento escolar que a criança trabalhadora acaba sofrendo séria defasagem entre sua idade cronológica e a série cursada ou padece de repetência (onde não se permite a repetência, ainda que em casos flagrantes de não-aproveitamento escolar, formam-se os tais analfabetos funcionais, quando muito!). Sem estudos e sem qualificação, o que lhe restará, na fase adulta de sua vida, será o subemprego ou o desemprego crônico, diante de um mercado de trabalho cada vez mais exigente! Isso alimenta e perpetua um círculo vicioso de pobreza: pobreza material e miséria da condição humana, uma geração após outra!¹⁹

Outro viés que é muito abordado é o do trabalho como uma via educativa, ou seja, como forma de educar ou auxiliar na educação da criança lhe possibilitando uma melhor inserção no mercado de trabalho. Acreditava-se que o trabalho poderia substituir a escola ao ensinar a criança um ofício e introduzi-la no mundo laborativo, assim simplesmente se suprimia uma etapa.

Atualmente, se dá uma ênfase muito forte papel da escola na formação do indivíduo, portanto muitos não o vêem mais como um substitutivo da escola. No entanto, uma parcela da população acredita existir uma compatibilidade entre trabalhar e estudar desde que o trabalho respeite a condição de estudante da criança ou adolescente trabalhador.

Nesse contexto, surgiu o trabalho educativo que previsto no art. 68 do Estatuto da Criança e do adolescente, que o entende como a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalece sobre os aspectos produtivos.

Essa concepção, entretanto, tem alguns pontos problemáticos, tanto pela questão de ser possível um trabalho realmente ter, na prática, essa natureza educativa, como por a utilização dessa noção parece haver sido banalizada. Não raro, a título de

¹⁹ VILANI, JANE. **O Trabalho Infantil e o Direito de Soltar Pipas**. p.1. Disponível em <http://www.fnpeti.org.br/publicacoes-1/atct_topic_view?searchterm=None&b_start:int=932>, Acessado em 14 mar.2014.

aprendizagem, encontram-se jovens menores de dezoito anos realizando trabalhos meramente braçais, como denunciado a seguir:

Que sempre houve falsa aprendizagem é de conhecimento de todos. Entretanto, justamente agora, quando a nova lei da aprendizagem completou onze anos, a impressão é de que a fraude começa a contar até com beneplácito institucional. [...] A questão foi mais bem averiguada. A situação é pior do que originalmente se imaginava. Não só cortadores de cana, mas empacotadores de supermercado e outras funções que não exigem maior qualificação, estão sendo consideradas na base de cálculo para a obtenção dos percentuais obrigatórios, ainda que a aprendizagem seja desenvolvida em outras funções correlatas.²⁰

Há assim, como exemplificado, diversos mitos que justificam o trabalho infantil e à primeira vista, essas ideias parecem terem sido ultrapassadas, porém muitas delas subsistiram aos dias de hoje, apresentando modificações.

Contudo, essas premissas são falaciosas. O trabalho infantil não enobrece a criança, antes lhe rouba a infância. Sobre o tema, assevera-se que:

É preciso considerar, nas situações que os pais parecem como incentivadores do trabalho de seus filhos, que isso ocorre por desconhecimento das repercussões danosas à saúde, ignorância esta que permeia toda a sociedade. Hoje há na cultura geral um mito que o trabalho é bom. O trabalho é bom, desde que seja feito na face correta, na medida certa, na função adequada à face da vida que a pessoa vive²¹.

A concepção de que, quanto mais cedo o indivíduo se incorpora ao mercado de trabalho, melhor será seu futuro profissional e bem-estar social, deve ser erradicada, e para cumprir esse objetivo, faz-se necessário reconhecer o menor como indivíduo em desenvolvimento que detém uma fragilidade própria, tanto física como emocional, que é típica da infância.

Com essa finalidade qualquer tentativa de mitigar ou excetuar a proibição ao trabalho infantil deve ser lida com bastante cuidado e a exceção proposta ao trabalho infantil artístico deve ser profundamente analisada para determinar se esse tipo de atividade realmente se afasta do contexto do trabalho infantil em geral, e se sua natureza

²⁰ OLIVA, Trabalho infantiljuvenil: panorama e desafios no Brasil e no Estado de São Paulo. In: **Revista da Associação de Magistrados da Justiça do Trabalho da Décima Quinta Região – AMATRA XV: Anais do IV Seminário Nacional Sobre Trabalho Infantojuvenil**. N. 5 Campinas: LTr, 2012.p.68-69.

²¹ CAVALCANTE, Sandra Regina. **Trabalho Infantil Artístico: do Deslumbramento à Ilegalidade**. São Paulo: LTr, 2011, p. 40.

é realmente tão destoante dos outros tipos de trabalho a ponto de justificar que ele seja autorizado.

Nessa perspectiva, faz-se necessário analisar a complexidade do trabalho infantil, considerando tanto os seus aspectos negativos, que justificam o combate ao trabalho infantil sobre a óptica de seu potencial prejudicial ao desenvolvimento físico e psicológico das crianças e os adolescentes, focando-se nos impactos do trabalho nos diversos ambientes da convivência do menor, sejam na escola, em casa ou no próprio local de trabalho. Como as idéias que justificam a, inconsciente, aceitação social ao trabalho infantil pela sociedade em suas diferentes concepções motivadoras, que enxergam o trabalho como algo enobrecedor, seja por constituir uma via educativa, um modo de reduzir a delinquência infanto-juvenil ou ainda uma alternativa para as famílias pobres que precisem de incremento de renda.

3 O TRABALHO INFANTIL ARTÍSTICO

3.1 Trabalho Infantil Artístico não é brincadeira

A sociedade contemporânea valoriza, sobremaneira, a arte e os meios de comunicação, não só pela beleza das atividades ali desenvolvidas, mas principalmente pelo papel vital que elas ocupam no mundo atual. A TV, os espetáculos e anúncios publicitários inundam o cotidiano das pessoas, nas ruas onde transitam e dentro de suas casas.

De uma atividade discriminada e mal vista há apenas algumas décadas, ser artista transformou-se em sonho de consumo, tornando-se uma das respostas favoritas à célebre pergunta: *o que você quer ser quando você crescer?*

O desenvolvimento de uma atividade artística gera indisfarçável encantamento, principalmente se ela for realizada por uma criança. Nessa perspectiva, o trabalho infanto-juvenil artístico, aquele realizado por crianças e adolescentes seja como ator, cantor, apresentador, músico, artista circense ou dançarino, tornou-se objeto de deslumbramento e repulsa, como bem apontado a seguir:

Queiramos ou não, tenhamos ou não consciência, sob olhar complacente ou de indiferença, indignação ou como é comum – indisfarçável, irrefletida e pura admiração pelo estrelato prematuro, assistimos diariamente, ao trabalho infantil artístico invadir sem permissão nossos lares. E nem esforço é necessário para que isso ocorra, bastando acionar o controle remoto do televisor.²²

Sob esse prisma, enaltece-se o talento do menor e, por se tratar de uma atividade de cunho cultural, muitos não a consideram trabalho, e como tal não vêem motivos para que ela seja proibida ou regulamentada. Outros, por sua vez, consideram que a atividade artística desenvolvida pelo infante é um trabalho como qualquer outro, e deve ser tratado em conformidade.

Para deslindar a questão é importante inicialmente delimitar que o trabalho infantil artístico, objeto desse estudo, se limita às participações de crianças e

²² OLIVA, José Roberto Dantas. **O Trabalho Infanto-Juvenil Artístico e a Idade Mínima: Sobre a Regulação e a Competência para sua autorização.** Revista da Associação de Magistrados da Justiça do Trabalho da Décima Quinta Região – AMATRA XV. São Paulo: LTr, 2010. Pág. 1. Disponível em <http://www.tst.jus.br/documents/2237892/2544819/Artigo+-+Jos%C3%A9+Roberto+Dantas+Oliva+-+Trabalho+infanto-juvenil+art%C3%ADstico+e+a+idade+m%C3%ADnima..pdf> >, Acessado em 29 mar.2014.

adolescentes que sejam exploradas comercialmente por terceiros, independente de não haver contrapartida econômica ao artista mirim pelo seu trabalho. Nesses termos, conforme orientação n. 2 do Ministério Público do Trabalho, trabalho artístico seria toda e qualquer manifestação artística apreendida economicamente por outrem²³. Não se incluindo, portanto, as atividades artísticas realizadas com fins educativos imediatos e sem objetivo econômico, ainda que eventualmente seja transmitida pela mídia.²⁴

Definido esse ponto, tem-se que o trabalho artístico longe de ser uma atividade recreativa, envolve muito esforço e dedicação. Tal esforço nem sempre é observado por aqueles que se beneficiam desse trabalho, mas por trás daquele resultado há incontáveis horas de dedicação, de prática e de estudos.

O trabalho artístico traz escondido muito treinamento, dedicação, disciplina e sacrifícios, que passam despercebidos pela maioria das pessoas que apreciam a arte, este resultado daquele esforço. No trabalho artístico de crianças isto também ocorre, em maior grau, já que o sujeito é mais frágil e suscetível a se cansar e se irritar com maior facilidade. Essa convivência com o mundo adulto e a sujeição às regras próprias do ambiente trazem várias influências àquela infância, como amadurecimento precoce²⁵.

Sob essa ótica, para resguardar os direitos dos menores é imprescindível o reconhecimento do trabalho artístico como um autêntico labor.

Para entender melhor o tema, faz-se necessário diferenciar detalhadamente a participação das crianças e adolescente em atividades artísticas diversas (música, teatro, dança, ginástica, etc.), com finalidade predominante pedagógica ou recreativa, e diversas das demais que envolvem o artista mirim em um empreendimento²⁶. Tal diferenciação não é meramente metodológica, sendo basilar para entender as divergências estruturais na forma em que as duas atividades são realizadas.

A atividade artística realizada como lazer ou jogo tem função prioritariamente lúdica, tendo como principal objetivo o prazer e o desenvolvimento da criança. Nela não há tantas cobranças para a criança e as atividades realizadas são menos extensas e cansativas, respeitando-se mais o menor por ser dele o fim pelo qual a atividade está sendo realizada. Além disso, tais atividades são realizadas paralelamente a escola, tendo-se uma ênfase muito grande em aliar as duas atividades, de modo a não se ter

²³ BRASIL. Ministério do Público do Trabalho. Orientações – Procuradoria Geral do Trabalho. 2010. Disponível em: http://www.mpt.gov.br/camaraArquivos/CCR_10947_2012_201.pdf, 07 mai.2014.

²⁴ CAVALCANTE, 2011, p.46.

²⁵ CAVALCANTE, 2011, p.48.

²⁶ CAVALCANTE, 2012, p. 62-3.

prejuízo no rendimento escolar, sendo que, na maioria das vezes, a criança tem total liberdade para continuar ou paralisar suas atividades.²⁷

Por outro lado, na atividade artística realizada como trabalho predomina a preocupação com o produto. A finalidade última da atividade é o lucro, e se exige um alto nível de profissionalismo do menor, como se ele adulto fosse. Nesses casos, a criança faz parte de uma cadeia produtiva, na qual tudo custa tempo e dinheiro, ela trabalha a ritmos extenuantes e deve se submeter às condições de trabalho apresentadas, que, na maioria das vezes, não são ideais. Ademais, a cobrança tanto da produção como dos pais para cumprir o compromisso assumido, sob pena de, em muitos casos, acarretar multa rescisória de valores significativos.²⁸

Assim, pode-se dizer que distinção entre ambas as atividades é que a primeira é plenamente centrada na criança, e como tal se adéqua às suas necessidades, enquanto na segunda, a criança, por mais importante que seja seu papel é só um elemento a mais na cadeia produtiva, e como tal, ela se adéqua as exigências do trabalho a ser realizado.

Diante desses fatos, faz-se imperativo identificar o trabalho artístico como um trabalho como qualquer outro que, como tal, tem a potencialidade de prejudicar as crianças que o realizem. Nesses termos:

[...] muitas vezes mais esforço, maior desgaste de energia, maior fadiga e concentração física e espiritual num jogo do que num trabalho (...) muitas atividades desinteressadas e espontâneas de outrora, podem ingressar no campo do direito do trabalho como acontece com o jogador profissional de futebol e com o artista que executa quadros para determinada empresa ²⁹.

Todavia, entre aqueles que reconhecem o esforço despendido na execução do trabalho infantil artístico, existe uma parcela significativa que considera as atividades executadas pelos artistas mirins como benéficas para as crianças e adolescentes que as realizam.

A realização de atividades artísticas tem um aspecto cultural muito forte e a arte desempenha um papel muito poderoso no crescimento da criança que a pratica. Ela incentiva a criatividade do indivíduo, dando-lhe novas ferramentas para se expressar e utilizar seu próprio corpo. Além disso, ela contribui para o desenvolvimento da linguagem e o amadurecimento intelectual do infante, ensinando-lhe a ter disciplina e

²⁷ CAVALCANTE, 2012, fl. 44.

²⁸ CAVALCANTE, 2012, fl. 45.

²⁹ OLIVEIRA, Oris de. **Trabalho Infantil Artístico**. p.2. Disponível em: < www.fnpeti.org.br/arquivos/.../954a0a66dd4af30f92918068ab293d25>. Acessado em 20 abr.2014.

perseverança, a compreender e demonstrar seus sentimentos. Ainda mais, como bem salientado a seguir:

A educação artística possibilita a harmonização da mistura entre o dom e o aprendizado em uma fase de criatividade muito rica, moldando a manifestação artística da criança, que comumente precisa do conhecimento técnico para expor a sua arte e compreendê-la.³⁰

Consequentemente, é inegável a importância de se incentivar a prática dessas atividades e a educação artística dos jovens. Por outro lado, àqueles que, mesmo em frente dessas vantagens, negam que o trabalho artístico infantil seja uma forma adequada de incluir a arte no desenvolvimento pessoal da criança. Consideram que existe uma diferença importante entre a manifestação artística de uma criança e a apropriação dessa manifestação pela indústria do entretenimento.

Essa crítica advém do modo como a atividade artística é dirigida pelas mídias que as elaboram, no qual na maioria das vezes, em vez de focar no aprendizado da criança, lhe dão um texto para que ela reproduza sem que trabalhe com ela para internalizar a arte e tornar essa experiência educacionalmente produtiva. Dessa forma, é comum que a atividade artística seja cultural unicamente ao espectador. Dito de outra maneira:

As crianças trabalham intensamente naquilo que os adultos chamam de jogo. No começo elas não fazem distinção entre estas duas coisas, algumas valem a pena serem feitas, outras não. Mais tarde fazem uma distinção bastante infeliz – jogo é aquilo que é divertido; trabalho é aquilo que é monótono³¹.

Os defensores do trabalho infantil artístico asseveram que, além da função educativa, a participação de crianças e adolescentes nas produções e exposições artísticas é essencial para assegurar a plena liberdade de expressão do artista, independente de sua idade. Segundo esse pensamento, a arte infantil é uma forma de a criança exteriorizar a forma como ela enxerga o mundo à sua volta e de proporcionar-lhe acesso aos níveis mais elevados da criação artística, não devendo, portanto, ser obstaculizada.

No entanto, de igual maneira que no argumento anterior, surge a questão de que se o trabalho infanto-juvenil artístico é um modo adequado de proporcionar liberdade de expressão ao infante, ou se é simplesmente uma maneira de justificar o uso da imagem infantil pela mídia.

³⁰ MARTINS, 2013, p.86.

³¹ MARTINS, 2013, p.83.

Questiona-se se a atuação do ator mirim em uma propaganda, ou em uma novela, em cenários em que essas atividades são detalhadamente programadas se enquadra nessa proteção constitucional, ou se ao invés disso, apenas utiliza-se da exposição infantil para seduzir o público. Afinal de contas, o fato de as crianças aparecerem com maior frequência em anúncios publicitários não só demonstra o valor econômico do público infantil, como a atuação dos infantes também é bastante efetiva para sensibilizar o público adulto.

Conclui-se da análise desses argumentos que se vincula a aprovação ou reprovação ao trabalho infantil artístico para as condições em que eles são realizados. Existe, no entanto, outra vertente, que defende que não são apenas as condições em que o trabalho é realizado que o tornam condenável, mas a realização do trabalho, em si, por uma pessoa que não tenha completado seu desenvolvimento físico e mental.

Conforme essa óptica, a sociedade notoriamente vincula a aversão ao trabalho infantil com a prática de atividades insalubres, sendo essas atividades, os principais focos de campanhas de conscientização e de condenação social. Numa perspectiva, é quase como se associasse a repreensão ao trabalho infantil com más condições de trabalho, sendo outras atividades, mais benquistas, de certo modo menos censuráveis.

Entretanto, essa é uma leitura errônea, haja vista que o trabalho é incompatível com a infância, e o trabalho infantil artístico têm dinâmicas e males próprios. O trabalho e a fama precoce podem afetar o desenvolvimento de pessoas que trabalham desde criança, alterando a forma como o indivíduo se auto-percebe, e se insere no seu contexto social.

O infante, na maioria dos casos, tem problemas em lidar com a fama ou se relacionar com outras crianças, além de enfrentar um grau maior de exposição para o qual não está preparado. Muitas vezes, torna-se difícil para a criança fazer amigos de sua própria idade, tendo que lidar com a vaidade e a alta competitividade do mundo artístico, precisando se dedicar e fazer sacrifícios. Não é raro que ela tenha problemas para separar a sua própria personalidade do comportamento exigido no meio em que atua, ou mesmo do personagem que interpreta.

Isso no melhor dos casos, na maioria das vezes. No entanto, a criança escuta mas não ouve, e abre mão de sua infância por um sonho que não alcança. O meio artístico é bastante exclusivo e mesmo quando se consegue reconhecimento, esse costuma ser passageiro.

Muito mais se poderia falar sobre o trabalho infantil artístico. Contudo, cingindo-se ao propósito do estudo, limitar-se-á a abordar seus aspectos mais recorrentes para verificar sua compatibilidade com os dados que podem ser encontrados sobre o tema.

Nessa vertente, se reforça que a atividade artística aqui analisada se limita às participações dos infantes que sejam exploradas economicamente por terceiros. Destacando-se a diferença do trabalho artístico a uma atividade meramente recreativa, principalmente quanto ao objetivo final que se pretende atingir nas duas formas de manifestação, o lucro ou o prazer da criança, que acaba por permear toda sua realização.

Numa segunda etapa, após ser fixada essa distinção, torna-se factível pincelar um panorama da prática do trabalho infanto-juvenil artístico para examinar quais fatores parecem predominar na atuação dos artistas mirins. Os aspectos positivos, que consideram essa atividade benéfica para aos menores que a realizam, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento do indivíduo, auxiliando em seu amadurecimento físico e intelectual, além de assegurar sua liberdade de expressão. Enquanto isso, os aspectos negativos, segundo os quais esse trabalho é, como qualquer outro, incompatível com a infância.

3.2 Uma Visão Intimista do Trabalho Infantil: Relato de Casos

Expostos alguns dos argumentos que permeiam a discussão sobre o trabalho infantil artístico, faz-se necessária uma análise dos dados que podem ser encontrados sobre esse tipo de trabalho para melhor compreender a dinâmica que ele encerra e as condições em que os artistas mirins atuam, a fim de formar uma melhor opinião sobre o tema.

O primeiro ponto que chama a atenção é a falta de dados estatísticos sobre o tema, apesar da visibilidade da atividade, muitas vezes exposta em rede nacional.

Não se sabe ao certo o motivo dessa escassez de informação. Afinal, há relatos de crianças atuando na mídia desde os primórdios desses meios de comunicação. A falta de números pode estar vinculada a valoração dada ao trabalho artístico infantil, que muitas vezes não é considerado trabalho, ou talvez os números sobre esse tipo de atividade, por diminutos, tenham sido enquadrados no ramo “outras atividades”. O fato é que não é possível determinar com certeza.

O dado quantitativo mais próximo encontrado foi da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego, que relatou o total de 33.173 (trinta e três mil cento e setenta e três) autorizações judiciais concedidas entre 2005 e 2010 permitindo o trabalho infantil, sendo que 7.421 (sete mil quatrocentos e vinte um) dessas autorizações foram emitidas em 2010, e as regiões Sul e Sudeste foram responsáveis por 80% (oitenta por cento) dessas autorizações judiciais³².

No entanto, esses números são relativos a autorizações fornecidas para todos os tipos de trabalhos infantis, não sendo possível determinar a aplicação desses dados a esse estudo, considerando que há relatos em que muitas vezes o trabalho infantil artístico é realizado sem a devida autorização judicial.

Em face da escassez de dados estatísticos, parece relevante mencionar alguns casos emblemáticos da vida real que ganharam publicidade nos meios de comunicação. Ressalva-se, no entanto, que, por serem emblemáticos e às vezes extremados, deve ser feita uma leitura crítica sobre os mesmos e sobre sua aplicação na generalidade dos casos.

O ator Jackie Coogan nasceu em 1914 e foi escolhido para protagonizar o filme “O garoto”, de Charlie Chaplin, em 1921. Tornou-se sensação rapidamente e passou a ganhar de 5 mil a 10 mil dólares por semana. No entanto, ao chegar aos seus 21 anos, tentou reclamar algo dos 4 milhões de dólares que ganhara quando criança só para aprender que não tinha direito legal de obter o dinheiro. Depois de longa batalha judicial contra sua mãe e seu padrasto, tentando reaver seus salários, chegaram a um acordo na Justiça. Coogan morreu em 1984, ainda lutando por uma lei que obrigasse os pais dos pequenos artistas a depositar num fundo de reserva parte dos ganhos dos assalariados menores de idade.³³

Robert Blake, nascido em 1933, dançou e cantou nos palcos desde os dois anos de idade. Apareceu em várias comédias e foi o garoto mexicano do “Tesouro de Serra Madre”. Ganhou o Prêmio Emmy pela série da TV “Baretta”. Ele conta de sua infância segundo Mofford:

Eu não era um astro infantil. Eu era um trabalhador infantil. De manhã, minha mãe me entregava para o estúdio MGM como um cachorrinho em

³² COELHO, Bernardo Leôncio Moura. **Trabalho Infantil: Panorama e Desafios em São Paulo**. Revista da Associação de Magistrados da Justiça do Trabalho da Décima Quinta Região – AMATRA XV. São Paulo: LTr, 2012, N.5, p. 78.

³³ GRUNSPUN, 2010, p. 66 e 67.

confiança... eu era como a maioria dos artistas mirins. Eu interpretava porque me mandavam. Eu não gostava. Não era um modo de viver.³⁴

No cenário internacional, não faltam exemplos de artistas mirins que tiveram problemas na sua infância e adolescência, em alguns casos, até envolvimento com drogas. Quem não conhece a história de Michael Jackson, que relatou que durante sua infância ele e seus irmãos sofreram constantes abusos do pai, tanto físicos como psicológicos, chegando a terem seus ensaios supervisionados por seu pai com um cinto na mão. Ou ainda, a história de Macaulay Carson Culkin, de “Esqueceram de mim”, que teve uma juventude problemática e diversas brigas familiares noticiadas na televisão.

Contudo, no Brasil, também temos casos drásticos como o de Fernando Ramos da Silva, que interpretou o personagem que deu nome ao filme “Pixote, a Lei do Mais Fraco”, de 1981, dirigido por Hector Babenco. Depois do êxito do filme, regressou à miséria de antes e, sem obter sucesso na carreira de ator, enveredou pelo mundo do crime e acabou morto a tiros aos 19 anos de idade, por policiais militares, em 25 de agosto de 1987, numa favela de Diadema.³⁵ Outro exemplo é o de Narjara Turetta que, aos 4 anos de idade, atuou em comerciais e programas da Record; aos 12 anos encantou o país no seriado Malu Mulher, da Globo, e hoje, aos 40 anos, vende água de coco numa esquina de Copacabana³⁶.

No entanto, há relatos ainda mais recentes, como o da atriz Déborah Secco que pediu perdão à mãe em público, no Fantástico, no Dias das Mães, de 2008, por tê-la expulsado aos gritos do estúdio de gravação no início da carreira³⁷. Vale falar ainda da atriz mirim Klara Castanho, que com 8-9 anos interpretou “Rafaela”, em “Viver a Vida”, e “Paulinha”, em “Amor à Vida”, tendo o autor Manoel Carlos e a Rede Globo recebido notificação recomendatória do Ministério Público do Trabalho, pelos rumos dados a essa última personagem, que seria uma vilã.³⁸

Há também o caso bastante discutido da menina Maísa, que virou estrela aos 3 anos de idade. Ela chegou a ter crises de choro no ar, em pelo menos duas ocasiões, durante o programa dominical de seu empregador, o empresário Sílvio Santos, dono do SBT, em que ela assustou-se, bateu a cabeça em uma câmera e foi até mesmo colocada

³⁴ GRUNSPUN, 2010, p. 67.

³⁵ OLIVA, 2010, p. 141.

³⁶ CAVALCANTE, 2012, p.79.

³⁷ CAVALCANTE, 2012, p. 80.

³⁸ OLIVA, 2010, p. 141.

em uma mala. Acabou sendo afastada do programa “Silvio Santos” pela Justiça, apesar de continuar a trabalhar para a emissora.³⁹

Contudo, nem todos os depoimentos são negativos, como o da psicóloga Lídia Aratangy que interpretou “Narizinho” na primeira versão televisiva do “Sítio do Picapau Amarelo”, dirigida por Júlio Gouveia, da experiência conta que:

Do meu Narizinho, guardo acima de tudo o cuidado extremo do Júlio Gouveia para todos nós, principalmente com as crianças. Ele era psiquiatra e sabia o valor do bom teatro infantil para o desenvolvimento emocional (não importa que fosse pela TV: era teatro, e dos bons!). Os textos e as falas não tinham só função educativa para seu público infantil (e também para nós, os atores): dar vazão e expressão a sentimentos e emoções difíceis de expressar, nem sempre louváveis, mas que existem em todas as crianças [...] Muito mais tarde, conversando com ele, eu soube que a escolha das outras personagens que ele me atribuía tinha a ver com a preocupação de que eu não me confundisse com a menina boazinha e alegre que era Narizinho. [...] Meu diretor jamais esquecia que eu era criança e que por mais desvolta e competente que me mostrasse em cena, tinha a estrutura emocional da minha idade cronológica – e devia ser protegida⁴⁰.

Os diversos casos apresentados servem para exemplificar que o trabalho artístico pode trazer graves malefícios para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes que atuam no mundo do entretenimento, mas que também, ser um astro na infância não implica, necessariamente, sofrimento pessoal e perturbações na adolescência e na vida adulta.

Desses relatos podem haver diversas conclusões. Alguns podem considerá-los uma prova cabalística que o trabalho infantil artístico pode trazer graves malefícios aos menores, e que na perspectiva da proteção integral das crianças deve ser proibido. Afinal, como ele pode ser permitido frente a tantos relatos em que ele teve impactos negativos na vida de tantas crianças? Como a arte envolta nessas atividades influenciou o desenvolvimento bio-psico-social desses infantes? Essa influência foi positiva, ou predominou os aspectos negativos inerentes a realização de uma atividade laborativa? Qual foi o nível de acompanhamento psicológico e educacional destinado a essas crianças? Essas produções, altamente conhecidas, asseguram a essas crianças e adolescente liberdade de expressão?

Outros, no entanto, encontram nesses relatos um indicativo de que essa atividade deve e pode ser regulamentada para evitar que esses casos sejam repetidos e garantir

³⁹ OLIVA, 2010, p. 142.

⁴⁰ OLIVA, 2010, p. 143.

que se extraia da atividade artística a melhor experiência possível para a criança que a exerça. Caberia, assim, a forma como essa atividade é desenvolvida determinar sua aprovação ou rejeição? Mas isso não é problemático? O que diferencia essas atividades de tantas outras? Afinal de contas, não todos os trabalhos, dependendo da forma que sejam desenvolvidos, são possivelmente maléficos ou benéficos para quem os realizem? Cabe generalizar o trabalho infantil por tratar-se de trabalho artístico, mesmo quando for possível garantir que a experiência será benéfica para o menor?

Apesar da importância desses casos para trabalhar a dinâmica do trabalho infanto-juvenil artístico, a verdade é que eles pouco revelam sobre as condições de trabalho enfrentadas pelos jovens atores mirins. Para melhor compreendê-las resumirei brevemente no próximo item algumas das conclusões da pesquisa qualitativa realizada por Sandra Regina Cavalcante, sobre a saúde do trabalhador artístico infantil.

3.3. O Cotidiano do Trabalho Infantil Artístico

O trabalho infantil artístico, como todos os trabalhos desenvolvidos por um indivíduo, tem aspectos próprios que o caracterizam e diferem. Esses aspectos são reflexos das pessoas e dos ambientes de trabalho em que determinadas atividades são realizadas, variando significativamente com a idade, sexo, cor, região e contexto histórico dos elementos envolvidos. A constituição desses componentes individualiza determinada atividade humana, sendo essencial para entender e criticar o tema.

O cotidiano do trabalho revela perguntas e respostas que de outra maneira não seriam notados pelo pesquisador, tendo vital importância para entender em que pontos um trabalho particular, no caso o trabalho infanto-juvenil artístico, se afasta e aproxima de outros tipos de trabalho, permitindo identificar pontos-chaves para debater a questão de sua permissão. Afinal de contas, como debater se um trabalho é prejudicial ou não, se ele é igual ou diferente de outros trabalhos infantis, se em sua realização predominam aspectos culturais e/ou educacionais, se há elementos nocivos à saúde das crianças,... sem compreender, mesmo que minimamente, o dia-a-dia a que essas crianças são submetidas? Como se pretende achar soluções a um problema real sem torná-lo palpável?

Nesse contexto, mostra-se bastante relevante explorar a pesquisa de Sandra Regina Cavalcante, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública para a obtenção do título de Mestre em Ciências, na Faculdade de Saúde Pública, da

Universidade de São Paulo (USP), por ser a única bibliografia encontrada sobre o dia-a-dia do artista mirim, e as repercussões do trabalho artístico à saúde infanto-juvenil.

Destaca-se, contudo, que essa é uma visão singular, de uma única pesquisadora, e, portanto, também deve ser lida com bastante cuidado, tendo sua abordagem nesse estudo importância mais por seu caráter informativo/exemplificativo que, em alguns pontos, se afasta e, em outros, ratifica o senso comum que se tem sobre a atividade.

Primeiro de tudo, consta que referido estudo seguiu os preceitos da Resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde⁴¹, tendo sido realizado pela coleta de dados em entrevistas semi-estruturadas ou semi-abertas envolvendo 25 sujeitos, constituído por um total de 10 artistas mirins, entre eles, 6 meninas e 4 meninos, 1 fotógrafa especializada, 1 caça-talento, 1 agente de modelos e intérpretes, 1 treinador (*coach*) de elenco infantil e novela e 1 ator adulto.⁴² Em seguida, os resultados e discussões do tema foram apresentados de forma bastante generalizada.

No que se refere ao contexto familiar, diferente do inicialmente previsto pela pesquisadora⁴³, consta que as famílias dos entrevistados se identificaram como da classe A, B e C alta, apesar de ter sido sugerida por relatos a presença de crianças de classe econômica mais baixa. Segundo a pesquisadora, esse fato se deve pela atividade, muitas vezes envolver um investimento prévio, seja na compra de um book⁴⁴, para ingressar numa agência de modelos e atores, ou nos gastos envolvidos com transporte, roupas novas e alimentação para realização de testes.⁴⁵

Sobressai também nesse quesito o perfil apresentados pelos pais, em que 70% (setenta por cento) tinha formação superior e demonstrava grande preocupação em acertar na educação dos filhos, despendendo uma grande quantidade de tempo para acompanhar as crianças, inclusive faltando ao próprio serviço.

Quando às particularidades dos artistas mirins, ao serem questionados sobre como se sentem (crianças, adolescentes ou adultos), embora a maior parte tenha se declarado criança, nos relatos há elementos reveladores da vivência dos adultos, nos

⁴¹ CAVALCANTE, 2012, PÁG. 99

⁴² CAVALCANTE, 2012, p. 94

⁴³ CAVALCANTE, 2012, p. 173

⁴⁴ “O book fotografia é um livro ou uma pasta com fotografias que é muito utilizado por modelos para guardar suas fotos profissionais. O book é uma forma de o modelo ter seu primeiro contato com o seus clientes, lembrando que, as fotos colocadas nesses livros são reproduzidas por um profissional especializado em moda (fotógrafo).” PORTAL EDUCAÇÃO - Cursos Online : Mais de 1000 cursos online com certificado
<http://www.portaleducacao.com.br/iniciacao-profissional/artigos/47772/book-fotografia-o-que-e#ixzz36oowe81z>, Disponível em 07 jun.2014.

⁴⁵ CAVALCANTE, 2012, p. 103

quais as crianças retratam ter de agir ou arcar com responsabilidades que elas identificam como de adultos. Sobre vaidade, houve uma divisão de gêneros, os meninos declararam não serem vaidosos e as meninas, vaidosas. Além disso, tanto mães e crianças relataram o desejo de esconderem o status de artista na escola ou no âmbito familiar.⁴⁶

Respondendo ao velho questionamento, *o que você quer ser quando crescer?* A pesquisadora aponta que a maioria das crianças entrevistadas sente já estarem vivenciando uma carreira, e, com apenas uma exceção, elas desejavam continuar na profissão.⁴⁷

A escola apareceu na pesquisa como “parceira” da família do artista mirim, entendendo sua condição especial, prorrogando prazos e dando trabalhos para reposição das faltas (sendo importante aqui ressaltar que todos os entrevistados estudavam em escolas particulares). No entanto, apesar dessa conveniência, destacaram-se as desvantagens do tratamento diferenciado dado a esses alunos, que apesar de apresentarem, em sua maioria, boas notas; apresentam, por conta da fama, relações deficitárias com os seus colegas e professores. A escola deixa de ser, assim, um local em que essas crianças pudessem ter um sentido de existência comum, de convivência normal junto a outros estudantes e professores.⁴⁸

Ademais, as crianças entrevistadas em regra relataram: a) não apresentavam rotina, variando diariamente as atividades desenvolvidas pelas mesmas, chamando a atenção o grande número de atividades extracurriculares por elas praticadas; b) se alimentarem bem, mas muitas vezes realizarem sacrifícios no horário e qualidade dos alimentos por possuírem uma agenda lotada; c) possuírem algum problema de saúde, sofrerem de ansiedade ou preocupação; d) sentirem cansaço; e) sofrerem de insônia; f) e/ou terem que lidar com rejeição e responsabilidades precoces.⁴⁹

Para entrar em maiores detalhes, durante a pesquisa Sandra Regina Cavalcante identificou, a partir de observações e relatos, a presença de condições de trabalho prejudiciais ao desenvolvimento de crianças e adolescentes na atividade do artista mirim.⁵⁰ Como, por exemplo, a exposição dos menores a longas jornadas de trabalho na gravação de comerciais, séries para televisão e filmes, nas quais as crianças ficavam a

⁴⁶ CAVALCANTE, 2012, p. 109

⁴⁷ CAVALCANTE, 2012, p. 111

⁴⁸ CAVALCANTE, 2012, p. 115

⁴⁹ CAVALCANTE, 2012, p. 114-26

⁵⁰ CAVALCANTE, 2012, p. 147-48

disposição enquanto resolvem problemas técnicos, chegando a ultrapassar 12 horas ininterruptas de trabalho e adentrar à madrugada.

Também foram identificadas situações que conduzem o infante a estresse físico, social ou psicológico durante a realização de ensaios de musicais (nos quais há esgotamento físico e estresse psicológico, decorrente de repetições sob alta exigência e competição); na realização de ensaios fotográficos (nos quais as crianças têm que manter-se estáticas em posições nem sempre confortáveis, tendo sido relatado que uma vez uma criança teve que se manter sorrindo durante muitos minutos até ter câimbra); e até no comportamento geral das agências e produções que não informam previamente sobre etapas da seleção ou sobre reprovação (nas quais as crianças e seus familiares passam dias na expectativa de ser chamado, deixando inclusive de marcar outros compromissos).

Além disso, observa-se ainda devido ao contexto do trabalho artístico condições prejudiciais ao pleno desenvolvimento psicossocial das crianças e adolescentes vendo que eles passam a ter contatos raros e esporádicos com seus familiares em decorrência à agenda lotada ou à mudança de cidade, tratamento diferenciado na escola, deixando de ter tempo para brincar (as brincadeiras de boneca se restringem apenas ao contexto de desfiles e testes), e outros os tratam como as figuras criadas/personagens, e não como eles mesmos crianças/adolescentes, interferindo em todo seu sentido de normalidade.

Algumas vezes, a pesquisadora também identificou o exercício do trabalho infantil artístico nas ruas, em condições de risco para a saúde e a integridade física e moral das crianças durante as gravações de algumas externas (cenas fora do estúdio), nos quais não foram tomados os cuidados adequados às crianças (não foi fornecida proteção solar, hidratação, alimentação), além da exposição ao assédio do público.

Do mesmo modo, muitas vezes, o trabalho mostrou-se durante a pesquisa incompatível com a frequência à escola, tendo o menor que faltar muitas vezes às aulas devido à gravação de comerciais (nas quais as crianças têm que ficar a disposição o dia inteiro); à necessidade de viajar para gravar comerciais, filmes, séries; ou mesmo chegando a mudar de escola para estar mais perto do local de trabalho (relata-se que durante um dos trabalhos, quando ausência foi maior do que dois meses, mãe e filho mudaram de cidade afastando-se do pai, familiares e conhecidos, mudando de escola e residência).

A pesquisadora também considerou que o trabalho artístico infantil exige da criança responsabilidades excessivas para sua idade, afinal, ao protagonizar uma novela,

ela tem que honrar o compromisso profissional que assumir (não ficar doente, indisposto, não faltar, apesar do cansaço, chuvarada ou festa do amigo); tem que fazer certo (lembrar o texto memorizado e movimentos de cena) senão terá de repetir e fazer todo o conjunto de adultos trabalhar mais (fazer televisão, cinema, e teatro é um trabalho de equipe). No teatro, às vezes, a responsabilidade é ainda mais alta: sem ter como repetir a cena, fica o constrangimento do errar e prejudicar o resultado final.

O trabalho infanto-juvenil artístico ainda tem o condão de comprometer e ameaçar a dignidade e a autoestima do infante que o realize, isso porque apesar desse tipo de atividade não estar relacionada ao trabalho forçado e com exploração sexual, os contratos costumam conter temas inadequados que podem ser traumáticos (violência, temas adultos, terror), contando, inclusive, com a participação de crianças em produções que, por exemplo, o menor não teriam permissão para assistir devido a censura. Não só isso, mas ambiente competitivo e de vaidade exacerbada pode prejudicar autoestima. Frequentemente há o amadurecimento precoce dessa criança.

Sandra Regina Cavalcante ainda destaca que apesar de não observado neste grupo a presença de trabalhos sub-remunerados, há relatos que indicam a sua existência (desfile e fotos sem cachê pelas roupas ou chance de aparecer; atuação em filmes de produção modesta, sem cachê e pela oportunidade de participar, visando divulgação para novos convites;...), sem contar que, normalmente, o artista mirim quando remunerado frequentemente recebe pelo mesmo trabalho um cachê inferior ao de um artista adulto.

Outra questão de bastante relevância, é que, durante o estudo, foram identificadas na atividade do artista mirim causas para várias doenças relacionadas ao trabalho, sendo identificadas a exposição de crianças e adolescentes a: a) longas jornadas de trabalho, esforço físico e horários indevidos que podem causar fadiga crônica; b) horários inadequados de trabalho que podem levar a distúrbios do sono e/ou irritabilidade excessiva; c) exposição a ruídos que leva a progressiva perda auditiva; d) iluminação excessiva ou deficiente que pode causar irritação ocular; e) má postura, esforços exagerados e movimentos repetitivos que podem resultar em contraturas musculares, distensões e/ou entorses; f) alimentação inadequada, que pode ocasionar distúrbios alimentares; g) falta de proteção contra luz solar e outros agentes físicos, químicos e biológicos que podem causar ferimentos de pele – alergias, dermatites, furunculoses e câncer de pele; e h) inalação de poeiras e fibras e exposição ao ar-

condicionado sem manutenção que pode provocar bronquite, pneumonia, rinite e/ou faringite.⁵¹

Por último, chama atenção o relato do tratamento dispensado as autorizações judiciais, consta-se que:

As autorizações judiciais somente são providenciárias nas grandes produções e para crianças e adolescentes que tenham um papel fixo, como personagem de novelas, filmes ou peças de teatro e musicais. Na atuação de figurantes, em qualquer produção (cinema, televisão, teatro) ou em participação no mercado publicitário (fotos ou vídeo) não foram relatados casos de solicitação de alvarás judiciais, independentemente do número de dias que dure tal atividade. Essa informação dada pelas mães entrevistadas, foi confirmada pelo sindicato da categoria em São Paulo (SATED – Sindicato de Artistas e Técnicos em Espetáculo de Diversão); porém tal conduta tem qualquer fundamento jurídico.⁵²

Não obstante, mesmo nos casos em que a autorização é emitida, consta que na maioria das vezes os pais não têm noções dos termos exatos que são definidos pelo juiz para autorizar o trabalho e não há fiscalização sobre a mesma, ficando tudo a cargo da produção. Entretanto, o normal, nos comerciais e figuração, é apenas assinatura de um Termo de Cessão de Imagem pelos pais dos menores no dia da gravação.

Analisando a pesquisa, conclui-se que a forma pela qual o trabalho artístico é realizado atualmente pode trazer uma série de malefícios ao menor, chegando Sandra Regina Cavalcante, inclusive, afirmar que “é possível enquadrar sem dificuldade, esta situação entre as piores formas de trabalho infantil, pelas circunstâncias em que é realizada a atividade, capaz de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança”.⁵³

Contudo, a pesquisadora também vislumbra que, dependendo da personalidade da criança e do ambiente em que a atividade é realizada, o trabalho é benéfico para a criança, tendo concluído por defender sua regulação. Para chegar a esse desfecho a autora sobrepesa bastante o papel da arte na sociedade e a importância das atividades artísticas, tendo também considerado que seria irrealista falar de proibição da prática no contexto social em que vivemos.

Nesse ponto, o referido estudo merece uma crítica, pois a conclusão que chega a autora não parece se coadunar com os resultados e análises que a mesma faz durante seu estudo qualitativo, que é bastante crítico ao trabalho realizado pelos artistas mirins,

⁵¹ CAVALCANTE, 2012, p.150

⁵² CAVALCANTE, 2012, p. 164

⁵³ CAVALCANTE, 2012, p. 123

dando a impressão durante todo o trabalho antes da conclusão que a mesma defenderia a abolição do trabalho infanto-juvenil artístico.

Traçado esse panorama inicial sobre o trabalho infantil artístico, não há mais dúvidas de que ele seja uma atividade econômica, ou seja, um trabalho, e como tal tem um potencial prejudicial ao desenvolvimento da criança, não apenas no nível físico (acidente de trabalho), mas, sobretudo, ao nível psíquico com sua “adultização” precoce, entre outros significativos transtornos. Nessa perspectiva, ele precisa ser objeto de proteção, seja através de sua proibição ou de sua regulamentação.

Essa indefinição é agravada, principalmente, pela falta de dados práticos sobre o tema, o que dificulta o dimensionamento do mundo que abarca o trabalho infantil artístico. Nesse cenário, faz-se necessário recorrer aos relatos sobre o tema, alguns positivos e outros negativos, mas que não chegam a ser conclusivos para resolver essa dicotomia, levantando mais perguntas que respostas. Não só isso, mas os únicos dados encontrados sobre o cotidiano dos artistas mirins, apesar de ser um relato bastante rico e detalhista, traz um panorama bastante negativo sobre a forma com que o trabalho é realizado atualmente, apontando como principal problema a falta de regulação.

Até esse ponto, portanto, não foi possível determinar qual dessas duas soluções se mostra mais adequada ao problema, afinal sobrevivem a essa análise inúmeras perguntas sobre o tema, destacando-se duas: é possível garantir que a atividade artística seja benéfica para as crianças que o realizem? E, mesmo quando se for possível garantir que a experiência será benéfica para o menor, é cabível a generalização dessa forma de trabalho infantil por tratar-se de trabalho artístico?

Nesse sentido, a partir desse ponto esse trabalho tratará da autorização judicial para o trabalho infantil artístico, para analisar se ela se mostra ou não um meio adequado de garantir a proteção das crianças e dos adolescentes que almejem realizar essa atividade.

4 A AUTORIZAÇÃO PARA O TRABALHO INFANTIL ARTÍSTICO

4.1 A Autorização para o Trabalho Infantil Artístico à Luz da Legislação

Como já visto anteriormente, a questão do trabalho infanto-juvenil artístico é um tema complexo que, para ser bem compreendido, é necessário dialogar com as mais diversas perspectivas que o cerca. Nesse sentido, ganha bastante força o tratamento legal dado ao tema, considerando que ele reflete a forma como o legislador lê a discussão do assunto e as respectivas soluções que encontra para essa problemática, tanto na atualidade, como ao longo do tempo.

O tratamento sociojurídico dado a essa atividade profissional em grande parte se vê refletido nas decisões judiciais que cercam o mundo do espetáculo, em especial, no que se refere às autorizações judiciais que permitem (ou não) o trabalho do menor no meio artístico. Trabalhar o assunto sobre essa abordagem mostra-se bastante relevante por permitir estudar o assunto sobre outra ótica, focando, dessa vez, a argumentação sobre o prisma dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes e qual a melhor forma de garanti-los.

A questão da autorização ou proibição do trabalho infantil artístico é um tema polêmico, em grande parte pela sobreposição e espaçamento das normas sobre o assunto. A análise da matéria sobre uma luz jurídica recai sobre o dorso normativo formado pelo artigo 7º, inciso XXXIII; o artigo 227, caput e parágrafo 3º, da Constituição Federal (CF); o artigo 8º da Convenção n. 138 da Organização Internacional do Trabalho; a Recomendação 146 também da OIT; os artigos 405 e 413 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e os artigos 1º, 60 a 69 e 149 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O artigo 227 da CF e o artigo 1º do ECA, consagraram o princípio da proteção integral da criança e do adolescente, estabelecendo como dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar-lhes, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A referida proteção, conforme disposto no parágrafo 3º, incisos I, do referido artigo 227, abrange a idade mínima para a admissão ao trabalho, observado o disposto

no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal. Esse artigo, por sua vez, proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho aos menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. Da interpretação isolada desse artigo nos defrontaríamos com a proibição do trabalho infanto-juvenil artístico aos menores de dezesseis anos (salvo aprendiz a partir do quatorze).

Entretanto, a Convenção n. 138 da OIT, promulgada pelo Decreto nº 4.134/2002, em seu artigo 8º, permite, de forma excepcional, o trabalho infantil em atividades artísticas, mediante licenças concebidas em caráter individual. Surgindo controvérsias na atribuição do valor da referida norma de direito internacional público dentro do ordenamento pátrio. Há, pois, diferentes leituras sobre o tema.

A primeira leitura, defendida por José Roberto Dantas Oliva, atribui a OIT 138, como Convenção Internacional que versa sobre direitos humanos, “*status*” constitucional, e como tal revoga as disposições constitucionais que versem sobre o mesmo tema. Aqueles que defendem essa linha de raciocínio encontram nesse dispositivo legal, inequívoca autorização normativa para permitir o trabalho artístico antes de completados os dezesseis anos de idade, independente de haver vinculação de aprendizagem.⁵⁴

Outra interpretação, trazida por André Viana Custódio, considera que as normas de proteção aos direitos humanos estão sujeitos a progressividade, ou seja, uma vez reconhecidos no ordenamento jurídico não podem ser reduzidos, mas apenas ampliados. Desse modo, o Brasil não aproveitou a exceção conferida por esse dispositivo, pois a proteção jurídica prevista no Brasil já garante um âmbito de proteção mais alargado que a própria convenção estabeleceu⁵⁵.

Nessa ótica, no entanto, há aqueles, que, como Ana Luiza Leitão Martins, considera⁵⁶ que é mais benéfico às crianças e adolescentes, diante de toda a importância da arte na educação infanto-juvenil, a concessão da autorização, vendo, pois, na OIT 138 um fundamento jurídico legitimador do trabalho do menor.

⁵⁴ OLIVA, 2010, p. 128

⁵⁵ CUSTÓDIO, André Viana; Costa, Kelvin Rodrigo da; e LEME, Luciana Rocha. **O Trabalho Infantil em Atividades Artísticas: Violação de Normas Internacionais**. p.39. Disponível em <http://sites.unisanta.br/revistaceciliana/edicao_04/2-2010-38-40.asp>, em 15 abr.2014.

⁵⁶ MARTINS, 2013, p. 96-7

Uma quarta corrente confere valor supralegal à norma, perspectiva através do qual qualquer regra infraconstitucional que contrarie a referida Convenção, anterior ou posterior à sua ratificação seria revogada. Subsistiria, pois a vedação constitucional.

Todavia, mesmo entre os defensores da última corrente⁵⁷, como também traz José Roberto Dantas Oliva, há aqueles que defendem a autorização ao trabalho infantil artístico, por encontrarem na vedação legal uma afronta ao direito à liberdade de expressão, previsto no artigo 5º, inciso IX, da Constituição Federal.

Apesar das diversas interpretações dadas ao tema, e todas as ressalvas feitas aos malefícios advindos do trabalho infantil, nos mais diversos trabalhos sobre o tema tem-se como ponto de chegada invariavelmente à conclusão que o trabalho infantil artístico deve ser autorizado.

Esse resultado, no entanto, não parece se coadunar com o princípio da proteção integral das crianças e dos adolescentes, que deveria ser o norte da leitura de toda a questão. Mais preocupante é que, muitas vezes, essa quebra de pensamento, como no caso de Sandra Regina Cavalcante, não apresenta outro motivo que a máxima *Quando o direito ignora a sociedade, a realidade se vinga, ignorando o direito*.⁵⁸

Acerca dos artigos presentes na CLT e no ECA sobre a permissão excepcional para o trabalho artístico infantil, é importante perceber que esses dispositivos são anteriores a disposição contida no artigo 7º, XXXIII, da CF, e uma leitura consentânea desses dispositivos com o texto constitucional leva a interpretação de que a permissão neles contida só seria alcançariam as crianças e adolescentes entre dezesseis e dezoito anos, ou ainda entre quatorze e dezesseis anos na condição de aprendiz, não figurando portanto essa questão no cerne desse estudo que foca-se principalmente na participação artística das crianças antes da idade mínima legal.⁵⁹

Expostas as regras sobre as quais se baseiam a autorização judicial para o trabalho artístico infantil, cabe agora discutir mais especificamente a autorização judicial em si.

4.2 Proposta de regulamentação do Trabalho Infantil Artístico: os requisitos mínimos para a autorização judicial

⁵⁷ OLIVA, 2010, p.124

⁵⁸ CAVALCANTE, 2012, p.178

⁵⁹ OLIVA, 2010, p. 119 e 120.

Apesar de ser possível encontrar no artigo 8º da Convenção n. 138 da Organização Internacional do Trabalho, no artigo 149 do Estatuto da Criança e do Adolescente e no artigo 406 da Consolidação das Leis Trabalhistas, normas legais que prevejam a realização de trabalho infantil artístico através de autorização judicial, não há nenhuma disposição que regule o tema, inexistindo proposta de parâmetros mínimos para respaldar a referida autorização.

Em decorrência, é possível encontrar uma grande variedade entre as autorizações concedidas, algumas mais genéricas e outras mais específicas. Nessa perspectiva, cabe ao juiz responsável por emitir a autorização preencher as lacunas legais e utilizar-se de sua criatividade para torná-la adequada a garantir a proteção das crianças e dos adolescentes.

A autorização para o trabalho artístico infantil deve prezar pela eficácia das normas protéticas da criança, principalmente, o princípio da proteção integral. Necessita, portanto, contar com aparatos que zelem pelo bem da criança e pela salvaguarda de sua infância, devendo inclusive contar com mecanismos para que seus dispositivos sejam cumpridos. Seguindo essa linha, há alguns pontos básicos que devem ser tratados, conforme disposto na orientação n. 2 do Ministério Público do Trabalho, de 2 de março de 2009.⁶⁰

O primeiro quesito que deve ser observado é se essa autorização tem caráter primordialmente excepcional. Em regra, nenhuma autorização judicial pode ser dada para quem ainda não completou 16 anos de idade devido à proibição constitucional e infraconstitucional que resultaria na absoluta improcedência jurídica do pedido. O óbice feito ao artista infanto-juvenil, prevista no artigo 8º da Convenção 138 da OIT, que permite a autorização de trabalho em idade inferior à mínima não pode, em hipótese alguma, ser banalizado.⁶¹

Nessa ótica, é preciso comprovar a relevância da participação do artista mirim no evento para manter a intenção proposta pelo criador da obra, e ainda assim, somente poderão contratar artistas menores de 16 anos para atuarem em manifestações que, comprovadamente, não possam ser desempenhadas por maiores de 16 anos.⁶²

O alvará expedido deverá ser individualizado, tanto em relação à participação artística que está sendo autorizada como à criança que realizará o serviço, não poderá

⁶⁰ OLIVA, 2010, p.149

⁶¹ OLIVA, 2012, p.2

⁶² OLIVA, 2010, p.138

haver autorizações genéricas, ou que sejam aplicados a uma multiplicidade de situações. Afinal, não é possível prever disposições que protejam uma criança em determinada situação, ou mesmo se aquela criança está preparada para interpretar o papel que ela deve desempenhar, sem os conhecimentos das especificidades do caso a um nível concreto. Além disso, a autorização deve sempre ser acompanhada de expressa autorização dos representantes legais do menor.

Em nenhuma hipótese, a autorização judicial pode ser dada para trabalho em ruas, praças e logradouros, ou quando o trabalho a ser desenvolvido for noturno, prejudicial à moralidade, insalubre, perigoso ou penoso.⁶³ Deve-se garantir que a criança não será exposta a situações que possa ocasionar prejuízos a seu desenvolvimento biopsicossocial, inclusive através de laudo médico-psicológico admissional ou periódico, e de assistência médica, odontológica e psicológica permanente.

O alvará também deverá garantir matrícula, frequência e bom aproveitamento escolares, além de prever reforço escolar, a cargo do empregador, ou a interrupção da atividade em caso de mal desempenho. O trabalho só deve ser autorizado se presente compatibilidade entre horário escolar e atividade de trabalho, devendo ser resguardado que a criança usufruirá de períodos de repouso, lazer e alimentação, para que não seja sobrecarregada. Nesse sentido, a autoridade judicial deverá fixar a jornada máxima de trabalho tanto diária como semanal, além de estabelecer os horários em que essas atividades serão realizadas e os respectivos intervalos.

Recomenda-se também, que a autorização assegure o depósito de um percentual da remuneração obtida em caderneta de poupança aberta em prol do artista mirim, cuja movimentação só será permitida quando a criança completar a maior idade, ou mediante autorização judicial em caso de comprovada necessidade⁶⁴, além de garantir que sejam cumpridos os direitos trabalhistas e previdenciários presentes na Consolidação das Leis do Trabalho.

No mais, o alvará deverá possibilitar o acompanhamento dos pais, ou de quem os represente, durante a realização do serviço.

Ressalta-se, contudo, que essas são apenas recomendações que precisariam ser adaptadas a um caso concreto e que, muitas vezes, não são observadas pelo juiz competente para emitir o alvará.

⁶³ OLIVA, 2012, p.2

⁶⁴ OLIVA, 2010, p.139

Entretanto, apesar de ser bastante louvável a iniciativa do Ministério Público do Trabalho ao desenvolver essa orientação, e ainda que a autorização emitida pelo juiz seja a mais protetiva possível, surge uma série de desafios e dilemas quanto a sua aplicabilidade.

O primeiro dilema trata da própria excepcionalidade dessa manifestação artística. O requisito em questão é bastante subjetivo, afinal, como se comprova a relevância da participação do artista mirim? Quais são os parâmetros para determinar essa importância? Como se comprova que um determinado papel não pode ser reescrito para ser realizado por alguém maior de dezesseis anos, mantendo as intenções do autor? Ou mesmo ainda, numa visão mais extrema, o que impede que o papel de uma criança seja interpretado por um adulto como se realizava antigamente no teatro grego e inglês, em que homens interpretavam o papel de crianças e mulheres? A arte não é adaptativa, não pressupõe o uso da imaginação?

Num segundo ponto, a individualização do alvará é suficiente para proteger a criança que realiza a atividade artística? Inclusive considerando que se é impossível prever todas as situações às quais as crianças serão expostas? Ademais, é suficiente garantir que a produção não se dê em local pernicioso? Como se garante que ela não seja exposta a situações que lhe possam ocasionar prejuízos? Essas disposições consideram o texto da obra? O local de gravação? A finalidade do programa? O horário e o público para quem ele será exibido? Pode a criança atuar numa novela ou peça, que ela não tenha idade para assistir? Pode a imagem das crianças ser utilizadas em comerciais? Ter fins apelativos?

E quanto às disposições relativas à frequência e bom desempenho escolar? Basta boas notas para garantir que o trabalho não prejudique essa etapa da vida da criança? E quanto ao direito de um período de irresponsabilidade no qual a criança seja apenas criança? E o sentido de normalidade? E a fama, nesse contexto?

Além disso, o depósito de um valor monetário mínimo é suficiente para garantir que a criança não seja explorada financeiramente pelos seus responsáveis? Em que condições deve incidir o depósito? A partir de que valor? Esse depósito deve contemplar todo tipo de participação artística? E no caso das participações eventuais? E se a comprovada necessidade não permitir um valor para depósito? É suficiente garantir o cumprimento de direitos trabalhistas e previdenciários? Como esses direitos são garantidos em trabalhos esporádicos, como os comerciais? E o acompanhamento dos

pais? Onde os pais podem acompanhar a criança? No set de gravação em que está rodando a cena? No palco do programa de televisão?

Tem-se assim, que cada requisito elencado traz, no mínimo, uma série de perguntas a serem resolvidas para possibilitar a regulamentação da atividade artística infantil. Isso sem considerar outra série de questões não abordadas, como a fiscalização da atividade, a atuação do MPT e a vinculação dos artistas mirins aos sindicatos dos artistas.

No entanto, mesmo se todas essas dúvidas sejam esclarecidas restam questões mais importantes: o cumprimento de todos esses requisitos é suficiente para garantir a proteção integral das crianças e dos adolescentes? Para tornar o trabalho, mesmo o artístico, salutar para as crianças que o pratiquem? E se sim, o que diferencia o trabalho infantil de outros? Por que outras atividades não podem ser autorizadas se cumprirem esse requisitos?

Explicitadas essas questões mínimas para se pensar na emissão de uma autorização judicial, resta-se relevante nesse momento estabelecer qual é a justiça competente para julgar o assunto.

4.3 Competência para Autorizar o Trabalho Infantil Artístico

A autorização judicial para permitir a presença dos artistas mirins no segmento artístico, fashion e publicitário é, como já mencionado, um tema bastante controvertido entre os operadores do direito e os órgãos que lidam com os direitos das crianças e dos adolescentes. Não obstante, essa complexidade do tema se soma à discussão da questão do conflito de competência entre a Justiça do Trabalho e a Justiça da Infância e da Adolescência, ambas se considerando mais aptas para resolver o dissídio e melhor salvaguardar os interesses dos menores no mundo do entretenimento.

Esse debate, de certa maneira secundário ao primeiro, auxilia a uma maior compreensão do tema, já que ao explicitar os motivos dos operadores dos direitos para atrair a competência da questão a sua justiça, também se expõe e discute o foco que cada um desses juízos se propõe a adotar ao analisar a questão e, respectivamente, quais valores e direitos serão sobrepostos no intuito de garantir a proteção dos jovens envolvidos.

A Constituição de 1946, em seu artigo 157, inciso IX, previa a proibição do trabalho dos menores de quatorze anos, em indústrias insalubres, a mulheres e a

menores de dezoito anos, de trabalho noturno, a menores de dezoito anos, respeitadas, em qualquer caso as condições estabelecidas em lei e **as exceções admitidas pelo juízo competente**. Desde então, há uma longa tradição dos pais recorrerem à Vara da Infância e da Adolescência para pedir autorização para trabalhar.⁶⁵

Apesar desse dispositivo ter desaparecido das constituições posteriores, o artigo 149, do Estatuto da Criança e do Adolescente e o artigo 406, da Consolidação das Leis Trabalhistas, continuaram a prever a participação e/ou o trabalho dos menores em manifestação de natureza artística, atribuindo ao juiz do menor a responsabilidade para a autorização para esse trabalho.

Todavia, o advento da Emenda Constitucional n. 45/04, que alterou o artigo 114 da Constituição Federal, transferiu para a Justiça do Trabalho todo e qualquer litígio que envolva o trabalho, o que, para alguns, incumbiu ao Juiz do Trabalho a competência para apreciar e julgar questão de trabalho de crianças e adolescentes, inclusive autorização para o trabalho artístico e similar.

Não obstante a alteração constitucional, parte da doutrina entende que a autorização é matéria de jurisdição voluntária, devido à inexistência de partes e de contraditório, que não sendo, portanto, propriamente atividade jurisdicional, mas mera administração pública de interesses – ou direitos – privados.⁶⁶

Nesses termos, Oliveira⁶⁷ defende que não haveria inconvenientes em se manter a autorização para o trabalho infantil artístico a cargo da Justiça da Infância e da Adolescência, principalmente considerando que a Justiça do Trabalho não dispõe de quadros próprios para o exame prévio da complexidade que implica a participação de crianças e adolescentes em manifestações artísticas.

Além disso, alega-se que, como o direito à profissionalização seria apenas uma das vertentes da proteção integral da criança e adolescente, não haveria razão de somente esse ramo ser deslocado para a Justiça Especializada, inclusive considerando que a Justiça Comum está mais afeita aos problemas atinentes à proteção dos menores.⁶⁸

Contrário a esse entendimento, parte da doutrina considera que a jurisdição voluntária, ao lado da contenciosa, constitui sim, parcela da de jurisdição, conquanto os efeitos de uma e de outra não sejam exatamente os mesmos; isso porque o juiz, ao escolher a solução mais justa, está sim, exercendo parcela da jurisdição. Nessa

⁶⁵ OLIVEIRA, 2002, p.5

⁶⁶ OLIVA, 2012, p.3.

⁶⁷ OLIVEIRA, 2002, p.6

⁶⁸ MOMII, ano, p.8

perspectiva, o advento da Emenda Constitucional n. 45/04, haveria de fato transferido a competência para autorizar o trabalho infantil artístico para a Justiça do trabalho, não havendo como textos infraconstitucionais se sobreporem à alteração constitucional.

Há, ainda, quem considere contraditório que a CLT, principal fonte do direito do trabalho, só aborde o assunto do trabalho artístico infantil para declinar sua competência para julgar o assunto. Ademais, déficit de estrutura não pode justificar subtração de competência.

Aqueles que defendem a competência da Justiça do Trabalho consideram que essa não é uma questão apenas jurídica, mas também lógica ao se ponderar que os efeitos do trabalho realizado pelo infante nas participações artísticas estariam afetos a Justiça do Trabalho. Nesse sentido, exemplifica-se que:

1. Caso a criança ou adolescente, no exercício de trabalho artístico, sofra eventual dano moral, a competência para solucionar eventual litígio daí derivado será da Justiça do Trabalho, a teor do artigo 114, VI, da Constituição Federal;
2. O contratante de pessoa em peculiar condição de desenvolvimento que exerça trabalho artístico pode sofrer fiscalização e sanção administrativas do Ministério do Trabalho e Emprego, conforme previsão contida nos artigos 434 e 438 da CLT.
3. Se o empregador do artista sofre penalidade administrativa imposta por órgãos de fiscalização das relações de trabalho e quiser discuti-la em Juízo, terá também de fazê-lo perante a Justiça do Trabalho, conforme artigo 114, VII, da CF/88; e
4. Na hipótese de sofrer a criança ou adolescente artista acidente de trabalho, trazendo-lhe consequências danosas, uma vez mais será da Justiça do Trabalho o competente para dirimir a controvérsia que eventualmente se instaure, por reparação de danos materiais e morais, conforme pacificado, aliás, pela Súmula Vinculante n. 22 do STF.

Abordados ambos os lados da discussão, observa-se que, nas entrelinhas dos argumentos discute-se qual das duas justiças estaria mais bem equipada para resguardar a proteção integral das crianças e dos adolescentes na emissão de autorização judicial para o trabalho artístico infantil. A Justiça do Trabalho, ao chamar essa competência para si, de certo modo, promete uma melhor proteção.

Em resumo, a Justiça da Infância e da Adolescência está mais preparada para tratar da participação artística infanto-juvenil por ser responsável por salvaguardar os interesses dos menores em todos os contextos que os envolve, estando por isso mais preparada para protegê-los por ter uma maior aproximação teórica e prática com a situação de vulnerabilidade desses infantes, contando com mais aparatos para ampará-los. Em seu ponto de vista, não há motivos para que a competência da autorização para o trabalho infantil artístico, que historicamente esteve sobre sua jurisdição seja

deslocada para a Justiça do Trabalho. Mas será mesmo? Afinal, como a Justiça da infância lida com as perspectivas trabalhistas presentes na autorização? E se ela realmente é a mais adequada ao lidar com o tema, porque a questão encontra-se tão pouco definida, sendo que, historicamente, foi sempre ela que lidou com essa problemática?

Por outro lado, a Justiça do Trabalho considera que pela autorização tratar de uma relação de trabalho houve factualmente o deslocamento de competência da autorização pela Emenda Constitucional n. 45/04, e não só isso, mas considerasse mais preparada para abordar a questão, por ela envolver em sua confecção elementos trabalhistas que são mais próximos ao cotidiano do juiz do trabalho (regulamentar a forma que o trabalho será realizado, fiscalizar o cumprimento de suas disposições,...), sendo, portanto, considera-se mais preparada para lidar com o assunto. Contudo, a justiça do trabalhista realmente é mais preparada para lidar com o contexto do mundo do menor? Para analisar seu contexto familiar e educacional? Para permitir ou rejeitar a autorização em determinado caso (se o entendimento for de autorizar)?

Uma análise profunda do tema, sobre uma perspectiva constitucional, aponta a ter havido um efetivo deslocamento da competência da questão para a Justiça do Trabalho. A Constituição, em seu artigo 114, I, dispõe que compete à Justiça do Trabalho todas as ações oriundas da relação de trabalho, a autorização para participação artística infantil versa sobre uma relação de trabalho entre a produção e o menor, mesmo que esporádico, logo, compete a ela julgar a questão. Além disso, a competência das possíveis consequências desse trabalho (dano moral, acidente de trabalho, multa,...) é, indubitavelmente, da seara trabalhista, sendo de interesse unificar as questões no mesmo juízo para haver coesão das decisões e parâmetros utilizados para tratar o assunto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como principal objetivo analisar o tratamento dado atualmente no Brasil ao Trabalho Infantil Artístico – TIA, que a contra-senso do tratamento dispersado a outros tipos de trabalho infantil, vêm sendo autorizado com base na permissão contida no artigo 8º da Convenção n. 138 da OIT, que permite, de forma excepcional, o trabalho infantil em atividades artísticas, mediante licenças concebidas em caráter individual. Para esse fim, se examinou a possibilidade e viabilidade de crianças e adolescentes desenvolverem atividades artísticas que sejam exploradas comercialmente por terceiros, sem que isso prejudique de qualquer forma o direito desses infantes a usufruírem plenamente de sua infância.

Nesses termos, o presente trabalho se prestou a examinar as diferentes perspectivas que englobam o trabalho infantil artístico para determinar se esse tipo de atividade é tão danosa para as crianças que o pratiquem, como qualquer outro trabalho infantil, ou se o fato de se tratar de uma experiência artística particulariza essa atividade de tal maneira que, mesmo sua realização num contexto de trabalho, não tem potencial de gerar malefícios aos artistas mirins.

As opiniões sobre o tema são as mais controversas possíveis, indo desde a proibição total do trabalho infantil artístico, por considerá-lo incompatível com a infância; até o entendimento de que, por não ser trabalho, a atividade artística só merece discussão no âmbito civil.

A fim de dirimir essa polêmica o primeiro ponto que deve ser fixado é que o trabalho artístico, como qualquer outro tipo de trabalho, tem o potencial de prejudicar as crianças que o realizem, tanto pelo esforço despendido nesse tipo de atividade, que exige uma grande quantidade de treinamento, disciplina, dedicação e sacrifícios, principalmente, em seus bastidores, quanto pelas características subjetivas do meio, que expõe a criança a lidar com um ambiente de fama, vaidade e alta competitividade.

Reconhecida a potencialidade danosa desse tipo de labor, torna-se evidente que, se permitida, não pode ser de critério dos produtores, agências e emissoras, ou mesmo dos detentores do poder familiar, agir com maior ou menor cuidado ao lidar com a participação infanto-juvenil, sendo indubitável que a atividade deve ser no mínimo regulamentada.

No entanto, embora uma parte da doutrina considere que, cumpridos determinados parâmetros e devidamente regulamentado, o trabalho artístico pode ser

benéfico aos menores que o realizem, tendo o condão de assegurar aos envolvidos exercerem sua liberdade de expressão e de auxiliar no seu amadurecimento físico e intelectual. Outros, contudo, defendem que, por mais controlada que seja a atividade e por melhor que seja a intenção dos envolvidos, o trabalho artístico trás malefícios aos artistas mirins, expondo-os a um ambiente no qual ele deve agir e é tratado como um adulto, se submetendo a responsabilidades precoces e perdendo seu sentido de normalidade, o que lhes prejudica irremediavelmente sua vivência de infância.

Na busca de resolver esse dilema, o trabalho prestou-se a examinar os dados encontrados sobre o trabalho infantil-juvenil artístico, permitindo compreender com maior amplitude a complexidade do tema, afinal, não é possível determinar se um trabalho é prejudicial ou não, ou mesmo se propor a regulá-lo, sem compreender minimamente o cotidiano e as condições em que são submetidos os menores artistas.

Nesse ponto, foi possível inferir o alcance dos malefícios que o trabalho infantil artístico pode e freqüentemente causa as crianças o realizem. Todavia, também ficou em destaque que, na prática, esse tipo de trabalho fica basicamente a cargo da produção, sendo rara a presença de autorizações judiciais, normalmente exigindo-se apenas a assinatura de um Termo de Cessão de Serviço pelos pais dos menores no dia da gravação. Além disso, mesmo quando presente a permissão do Poder Judiciário, muitas vezes, elas são genéricas, não há fiscalização e os pais na maioria das vezes, não têm noção dos termos exatos definidos pelo juiz, ou, quando os conhecem tem dificuldade de impor sua vontade. Consequentemente, não foi possível determinar, sobre essa ótica, se o trabalho infantil artístico é impraticável na perspectiva da proteção integral da criança e do adolescente, ou se o problema reside apenas na forma em que a atividade é atualmente praticada.

Persistente a controvérsia, a pesquisa se propôs analisar se é possível garantir que o trabalho artístico seja benéfico para os infantes que o realizem, prestando-se, para esse objetivo, a determinar se a autorização judicial se mostra ou não um meio adequado para salvaguardar a saúde, segurança e privacidade das crianças que almejem realizar esse tipo de atividade artística.

O primeiro passo dessa empreitada foi estabelecer o tratamento sociojurídico dado ao tema. Contudo, o ordenamento pátrio mostrou-se conflituoso sobre o assunto, não só pela falta de uma legislação específica, mas pela sobreposição e espaçamento das normas existentes, não havendo consenso sobre ser ou não possível autorizar o trabalho infantil artístico. Tal fato decorre principalmente do dissenso sobre o *status* infra ou

constitucional da Convenção 138 da OIT, que autoriza excepcionar o trabalho antes da idade mínima, havendo diferentes interpretações ao confrontar essa norma com a proibição constitucional de qualquer trabalho aos menores de 16 anos.

Apesar da várias leituras dadas ao tema, em última instância, a resolução da questão parece recair sobre a ponderação de qual dessas duas normas é mais benéfica para os infantes sobre a perspectiva do princípio da proteção integral das crianças e dos adolescentes, consagrado pelo artigo 227 da Constituição Federal.

Um exame inicial do assunto parece levar à proibição do trabalho infanto-juvenil artístico, afinal, mesmo que a atividade seja bem regulamentada e se cerque o artista mirim de todos os cuidados imagináveis, não é possível garantir que esse trabalho traga apenas repercussões positivas, existindo sempre o risco de gerar sérios malefícios aos infantes. Nessa ótica, esse tipo de trabalho infantil deve ser proibido, por não se poder falar de permissão enquanto houver o risco de que mesmo uma única criança não tenha respeitadas todas as suas necessidades de uma pessoa em desenvolvimento.

Todavia, essa é uma interpretação radical que, numa análise mais profunda, não parece se coadunar com o alcance que o constituinte pretendeu conferir à proteção fundamental devida às crianças e aos adolescentes. Afinal de contas, o trabalho infantil artístico pode ser extremamente favorável ao infante que a desenvolva, ensinando a criança ao se expressar e construir uma imagem positiva de si mesma. Nesse sentido, a autorização do trabalho artístico, desde que realizada de forma excepcional e prezada a eficácia de todas as normas protetivas da infância, parece ser mais adequada a garantir a prevalência desse princípio.

Estabelecido esse entendimento, torna-se evidente a importância das concessões judiciais sejam revestidas de todos os cuidados necessários para assegurar que a experiência artística seja de fato positiva para o menor. A autorização judicial individual descrita na regra internacional exclui a possibilidade de essa concessão ser obtida pela edição de uma lei ou regulamento geral e exige que o juiz estabeleça, caso a caso, as condições em que o trabalho infantil artístico será exercido, observando, de todo modo, a força normativa vinculante dos preceitos protetivos presentes na Constituição da República.

Em decorrência, a autorização judicial precisa ser o mais específica e excepcional possível, devendo sua emissão estar subordinada à comprovação, factual, da relevância da participação do artista mirim no evento e de que serão tomadas as precauções cabíveis para salvaguardar a criança envolvida. Nessa perspectiva, devem

ser abolidas as concessões genéricas, visto que não é verossímil que uma autorização garanta a proteção da criança em determinada situação sem que se tenha conhecimento, a um nível concreto, das especificidades contidas no caso.

Em consequência da exigência da emissão de licenças concebidas em caráter individual, contida na convenção n. 138, para permitir trabalho infantil em atividades artísticas, vários outros países signatários da convenção passaram a debater e inclusive legislar o tema em seus respectivos território adotando uma atitude mais proativa sobre o assunto. Exemplificando essa atitude, Portugal e Argentina que emitiram leis, respectivamente em 2004 e 2008, que traziam requisitos mínimos para embasar a emissão das autorizações judiciais. Contudo, a existência de leis e de uma autorização individualizada por si só não são suficientes para resguardar os direitos artistas mirins, sendo necessário que haja fiscalizações dessas atividades para garantir o cumprimento das disposições contidas nesses instrumentos.⁶⁹

A fiscalização faz-se essencial para garantir a efetividade da proteção da criança e do adolescente artista. A falta de supervisão freqüentemente resulta no descumprimento da lei e da autorização judicial, resultando em prejuízos para os artistas menores, como no caso português, em que notícias e manifestações da sociedade indicam que as produtoras não vêm observando as exigências legais.⁷⁰

Contrapondo-se ao exemplo de Portugal, há o caso do Reino Unido. Nele mesmo com a ausência de uma regulação específica sobre da atividade infantil artista, a autoridade competente estabelece caso a caso como será a participação infantil naquele evento artístico. Existe uma supervisão específica e acompanhamento psicológico: se houver sinal de prejuízo na escola ou mudança comportamental, este contrato é cancelado. Tudo isso pelo sindicato dos atores no Reino Unido ser muito forte, e exigir que esses direitos sejam cumpridos e seguirem de perto tudo que é feito.⁷¹

No Brasil, infelizmente, a realidade é outra e o sindicato pouco participa apesar de existir exigência legal. A Lei n. 6.533/78, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de técnico em Espetáculos de Diversões, nos seus artigos 6º e 9º, rege que o exercício da profissão está vinculado ao prévio registro na Delegacia Regional do Trabalho e todo contrato de trabalho deve ser vistado no sindicato da categoria. Entretanto, essa disposição não é cumprida e a maioria dos menores que

⁶⁹ CAVALCANTE, 2010, pág. 76 e 77.

⁷⁰ FERNANDES, 2011, pág. 4

⁷¹ CAVALCANTE, 2010, pág. 76

participam nas produções artísticas não possui sequer a carteira de artista mirim do sindicato (DRT), o que constitui em si uma infração.⁷²

Secundário a esse contexto, mais ainda relevante para trabalhar a dinâmica da emissão das autorizações judiciais, existe o debate em torno do conflito de competência entre a Justiça da Infância e da Juventude e a Justiça do Trabalho, cada uma delas julgando-se mais preparada para resguardar a proteção integral da criança e dos adolescentes no contexto do trabalho infantil artístico.

A justiça da infância defende estar mais afeta a matéria por ser responsável por salvaguardar os interesses dos menores nas mais diversas circunstâncias, tendo uma maior aproximação prática e teórica dos infantes, que lhe permitiria melhor protegê-los. Já a justiça trabalhista considera que pela autorização tratar de uma relação de trabalho, ela é mais adequada para confeccionar e lidar com os elementos trabalhistas da autorização.

Uma abordagem constitucional do tema aponta ter havido, com o advento da Ementa Constitucional n. 45/04, que transferiu todas as disputas envolvendo relações de trabalho (*lato* e não mais *stricto sensu*) para a Justiça do Trabalho, o efetivo deslocamento de competência da questão. Além disso, a transferência seria não somente uma questão jurídica, mas também lógica ao considerar que os efeitos do trabalho realizado pelo infante nas participações artísticas estariam afetos a Justiça do Trabalho (dano moral, fiscalização da atividade pelo mistério do trabalho, discutir em juízo as penalidades administrativas, acidente de trabalho,...). Nessa perspectiva, a concentração de todos os aspectos que envolvem o trabalho infantil artístico na justiça trabalhista, incluindo-se a questão da emissão de concessão judicial, mostra-se mais adequada com os objetivos do legislador pátrio ao realizar a referida alteração constitucional.

Finalizado o estudo, destaca-se que o presente trabalho buscou evidenciar e problematizar a questão do trabalho infantil artístico, convidando a todos a fazer uma reflexão profunda sobre a complexidade que envolve a realização dessa atividade. A realização do trabalho artístico exige muito esforço e dedicação das crianças e adolescentes envolvidos, submetendo-lhes a um ambiente altamente competitivo. Com essa consideração, o trabalho artístico infanto-juvenil pode e deve ser admitido em nossa sociedade, mas somente através de uma autorização judicial específica e individualizada, que resguarde os direitos do menor, e do esforço conjunto de pais,

⁷²

CAVALCANTE, 2012, pág. 169 e 170.

produtoras, sindicatos, órgãos de fiscalização e do judiciário para garantir que a realização da atividade respeitará a condição das crianças como uma pessoa em estado de desenvolvimento, de modo a não prejudicar-lhes vivenciar plenamente sua infância e serem, acima de tudo, crianças.

REFERÊNCIAS

ANÔNIMO. **O Desafio de Erradicar o Trabalho Infantil**. Publicado no site: OIT - Organização Internacional do Trabalho - Escritório no Brasil, em 08/10/2013. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/o-desafio-de-erradicar-o-trabalho-infantil>>, acessado em 04 jun.2014.

ARRUDA, Kátia Magalhães. **O trabalho infantil doméstico**. Rompendo com o conto da Cinderela. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/documents/2237892/2544819/Artigo>. Acessado em 20 mai.2014

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet & MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 99.710**, de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>, acessado em 16 mai.2014.

BRASIL. Ministério do Público do Trabalho. **Orientações – Procuradoria Geral do Trabalho**. 2010. Disponível em: http://www.mpt.gov.br/camaraArquivos/CCR_10947_2012_201.pdf, 07 mai.2014.

CAVALCANTE, Sandra Regina. **Trabalho Infantil Artístico: do Deslumbramento à Ilegalidade**. São Paulo: LTr, 2011.

CAVALCANTE, Sandra Regina. **Trabalho Artístico Infância: Estudo qualitativo em Saúde do Trabalhador**. São Paulo, Universidade de São Paulo – USP, Faculdade de Saúde Pública, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-25052012-141746/pt-br.php>>, Acessado em 16 abr.2014.

COELHO, Bernardo Leôncio Moura. **Trabalho Infantil: Panorama e Desafios em São Paulo**. Revista da Associação de Magistrados da Justiça do Trabalho da Décima Quinta Região – AMATRA XV. São Paulo: LTr, 2012.

_____. Considerações sobre a globalização e seus efeitos sobre o Trabalho Infantil. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, a.40, n.158, abr/jun.2003.

Convenção 182, da Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/sites/all/ipecc/normas/conv182.php>>, acessado em 16 mai.2014.

CUSTÓDIO, André Viana; Costa, Kelvin Rodrigo da; e LEME, Luciana Rocha. **O Trabalho Infantil em Atividades Artísticas: Violação de Normas Internacionais**. Disponível em < http://sites.unisanta.br/revistaceciliana/edicao_04/2-2010-38-40.asp>, em 15 abr.2014.

DANTAS JÚNIOR, Aldemiro Rezende. **A contratação de doméstico em regime de tempo parcial e salário proporcional**. Disponível em: <http://atualidadesdodireito.com.br/aldemirodantas/2013/07/08/contratacao-de->

domestico-em-regime-de-tempo-parcial-e-salario-proporcional/. Acessado em: 10 abr.2014.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Redes de Exploração e Abuso Sexual e Redes de Proteção.** Disponível em < http://www.chamaeleon.org.br/arquivos/redes_de_exploracao_e_abuso_e_redes_de_protecao.pdf>, acessado em 29 mar.2014.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. Violência sexual contra criança e o adolescente no marco da precarização das relações de trabalho. **Revista da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região**, v. 3, 2010.

_____. Da senzala à casa grande. Disponível em: http://www.amatra3.com.br/uploaded_files/Da%20senzala%20C3%A0%20casa%20grande.pdf. Acessado em 15 abr.2014.

FERNANDES, Natália & TOMÁS, Catarina. Direitos da criança em Portugal: os desassossegos dos riscos na/da infância. In: **IV Encontro Maus-Tratos, Negligência e Risco na Infância e na Adolescência**, 11e 12 de Novembro de 2011, Fórum da Maia. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/15070/1/Direitos%20da%20crian%C3%A7a%20em%20Portugal_os%20desassossegos%20dos%20direitos%20da%20crian%C3%A7a%20ao%20longo%20de%20uma%20d%C3%A9cada.pdf Acessado em 10 abr.2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. Creuza Maria Oliveira: uma reparação histórica. Data 28 mar.2013. disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/03/1253293-creuza-maria-oliveira-uma-reparacao-historica.shtml> Acessado em: 10 abr.2014.

GRUNSPUN, Hain. **O Trabalho das crianças e dos adolescentes.** São Paulo: LTr, 2000.

HORITA, Fernando. A questão do Trabalho Infantil no Brasil. Disponível em: www.fge.if.usp.br/~fhorita/Menor.htm. Acessado em 20 mar.2014.

LIMA, Consuelo Generoso Coelho de Lima. **O Impacto do Trabalho Precoce na Vida de Crianças e Adolescentes: Aspectos da Saúde Física e Mental, Cultural e Econômico.** Disponível em < http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BD5176A277C89/pub_541.pdf >, em 11 fev.2014.

LUCA, Gabriela de & PIOVESAN, Flávia. **Combate ao Trabalho Infantil nos planos Global, Regional e Local.** Revista da Associação de Magistrados da Justiça do Trabalho da Décima Quinta Região – AMATRA XV: Anais do IV Seminário Nacional Sobre Trabalho Infantojuvenil. N. 5 Campinas: LTr, 2012.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. **Domésticas, a luta continua!** Disponível em <http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/jorge-souto-maior-domesticas-a-luta-continua.html> Acessado em 10 abr.2014.

MARTINS, Ana Luíza Leitão. **O Trabalho Artístico da Criança e do Adolescente.** São Paulo, Universidade de São Paulo – USP, Faculdade de Direito, 2013. Disponível em: <<https://www.google.com.br/> Acessado em 16 abr.2014.

MORAES, Antonio Carlos Flores de. Criança e Adolescente no mundo do futuro profissional: entre o sonho e a legalidade. In: **Revista da Associação de Magistrados da Justiça do Trabalho da Décima Quinta Região – AMATRA XV: Anais do IV Seminário Nacional Sobre Trabalho Infantojuvenil**. N. 5 Campinas: LTr, 2012.

NERI, Marcelo Côrtes. **O Tempo de Permanência na Escola e as Motivações do sem escolas**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/ibrecps/rede/finais/Etapa3-Pesq_MotivacoesEscolares_sumario_principal_anexo-Andre_FIM.pdf>, em 21 mai.2014.

OLIVA, José Roberto Dantas. **O Trabalho Infanto-Juvenil Artístico e a Idade Mínima: Sobre a Regulação e a Competência para sua autorização**. Revista da Associação de Magistrados da Justiça do Trabalho da Décima Quinta Região – AMATRA XV. São Paulo: LTr, 2010. Disponível em <<http://www.tst.jus.br/documents/2237892/2544819/.pdf>>, Acessado em 29 mar.2014.

_____. Trabalho infantiljuvenil: panorama e desafios no Brasil e no Estado de São Paulo. In: **Revista da Associação de Magistrados da Justiça do Trabalho da Décima Quinta Região – AMATRA XV: Anais do IV Seminário Nacional Sobre Trabalho Infantojuvenil**. N. 5 Campinas: LTr, 2012.

_____. Competência para (des)autorizar o trabalho infantil. In: **Revista Consultor Jurídico**. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2012-out-16/jose-roberto-oliva-competencia-desautorizar-trabalho-infantil>. Acessado em 15 abr.2014.

_____. Autorização para o trabalho infanto-juvenil artístico e nas ruas e praças: parâmetros e competência exclusiva do juiz do trabalho. OLIVA, José Roberto Dantas. In: **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, Campinas, n. 28, p. 117-123, 2006. Disponível em: <http://www.trt15.jus.br/escola_da_magistratura/Rev28Art7.pdf> Acesso em 20 abr. 2014.

_____. & MOMII, Luísa Emiko. Conflito de competência nos casos de autorização de trabalho de adolescente nas ruas e do trabalho infanto-juvenil artístico. In: Encontro de Iniciação Científica, v.4, n.4, 2008. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/rt/prINTERfriendly/1786/0>. Acessado em: 20 abr.2014.

OLIVEIRA, Oris de. Reflexões Sobre o Trabalho da Criança e do Adolescente. In: **Revista da Associação de Magistrados da Justiça do Trabalho da Décima Quinta Região – AMATRA XV: Anais do IV Seminário Nacional Sobre Trabalho Infantojuvenil**. N. 5 Campinas: LTr, 2012.

_____. **Trabalho Infantil Artístico**. Disponível em: www.fnpeti.org.br/arquivos/.../954a0a66dd4af30f92918068ab293d25. Acessado em 20 abr.2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Recomendação 146 sobre idade mínima para admissão a emprego.** Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BCA923CB6414C/cv_138_recomendacoes.pdf. Acessado em: 15 abr.2014.

_____. **Convenção 189 sobre trabalho doméstico.** Disponível em: http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/boletimgra%C3%A7a_666.pdf. Acessado em: 18 abr.2014.

PLANO NACIONAL. **Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e a Proteção do Trabalhador Adolescente.** Brasília/DF, 2004. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B2F46A8012B345C92230EE9/33DD6CFA01.pdf>, acessado em 11 mai.2014.

PORTAL EDUCAÇÃO - Cursos Online : Mais de 1000 cursos online com certificado <http://www.portaleducacao.com.br/iniciacao-profissional/artigos/47772/book-fotografia-o-que-e#ixzz36oowe81z>, Disponível em 07 jun.2014

RANCHEL, Helano Márcio Vieira & FERRAZ, Fernando Bastos. **A Discriminação Sociojurídica ao Emprego Doméstico na Sociedade Brasileira Contemporânea: Uma Projeção do Passado Colonial.** Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/14215/a-discriminacao-sociojuridica-a-empregada-domestica-na-sociedade-brasileira-contemporanea>, acessado em 08 mai.2014.

SANTOS, Eliane Araque dos. A naturalização do Trabalho Infantil. **Revista TST**, Brasília, v.72, n.3, set/dez, 2006.

_____. Criança e Adolescente – Sujeitos de Direitos. **Inclusão Social**, Brasília, v.2, n.1, p.130-34, out/2006-mar/2007.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 17.ed. atual. rev. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.

STEPHENS, Thomas. **Suíça como 'eldorado' da prostituição.** Data: 20 out.2008. Disponível em: <http://origin.swissinfo.ch/por/su%C3%AD%C3%A7a-como--eldorado--da-prostitui%C3%A7%C3%A3o-juvenil/7002334>. Acessado em: 20 abr.2014.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **Justiça do trabalho estabelece sua competência para autorizar o trabalho de menores.** Disponível em http://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/justica-do-trabalho-estabelece-sua-competencia-para-autorizar-trabalho-de-menores, Acessado em 28 mar.2014.

UNIDADE DE GESTÃO E FORMAÇÃO. **Novos direitos por parte dos empregados domésticos e maiores deveres para seus empregadores.** Disponível em: <http://www.posugf.com.br/noticias/todas/2253-novos-direitos-por-parte-dos-empregados-domesticos-e-maiores-deveres-para-seus-empregadores>, em 10 abr.2014.

VIEIRA, Oscar Vilheira. **Direitos Humanos: Instrumentos Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos.** 2.ed. São Paulo: Edições Paloma, 1998 (Apostilas do Curso Prof. Damásio).

VILANI, JANE. **O Trabalho Infantil e o Direito de Soltar Pipas.** Disponível em <http://www.fnpeti.org.br/publicacoes-1/atct_topic_view?searchterm=None&b_start:int=932>, Acessado em 14 mar.2014.